



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

LEI N.231/2021, DE 14 DE MAIO DE 2021.

Dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente, institui o Conselho Gestor, o Fundo Municipal de Meio Ambiente, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Morro do Chapéu do Piauí, Estado do Piauí, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Constituição Estadual e Constituição Federal do Brasil, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e promulguei a seguinte lei:

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º - A Política de Meio Ambiente do Município de Morro do Chapéu do Piauí, respeitadas as competências conferidas à União e ao Estado, tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, essencial para assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

- I – Ações de defesa para a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- II – Compatibilização com as políticas de meio ambiente implementadas pela União e pelo Estado;
- III - Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- IV – Fomento ao planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- V - Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- VI - Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

VII - Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VIII - Acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

IX - Recuperação de áreas degradadas;

X - Proteção de áreas ameaçadas de degradação;

XI - Educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

XII - Fiscalização e reflorestamento das áreas de preservação permanente;

CAPÍTULO II

OBJETIVOS

Art. 2º - São objetivos da Política Municipal de Meio Ambiente:

I – A compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II – A definição de áreas prioritárias para a realização de ações relativas à qualidade e ao equilíbrio ecológico;

III - O estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais, respeitadas às competências da União e do Estado;

IV - O desenvolvimento contínuo de pesquisas e de tecnologias orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

V - A difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI - A preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

VII - A imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

TÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA

Art. 3º - O Sistema Municipal de Meio Ambiente será composto pelos órgãos e pelas entidades do Município, responsáveis pela proteção e pelo fomento de políticas públicas destinadas a melhoria do meio ambiente. Assim, será estruturado da seguinte maneira:

- I – Órgão executivo municipal: Departamento de Meio Ambiente;
- II – Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMA;
- III – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.

CAPÍTULO II DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Art. 4º - O Departamento de Meio Ambiente, integrante da Secretaria Municipal de Administração, fica instituído como órgão de coordenação, controle e execução da Política Municipal do Meio Ambiente e integrante da estrutura de organização do Município e do SISNAMA, com as seguintes atribuições:

- I - Executar e fazer cumprir a Política Municipal de Meio Ambiente;
- II – Dar apoio técnico, administrativo e financeiro ao CONSEMA;
- III - Executar e fazer cumprir, em âmbito municipal, as Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente e demais políticas nacionais e estaduais que possuam relação com a proteção do meio ambiente;
- IV – Criar, implantar e coordenar o Cadastro Técnico Municipal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais;
- V - Promover a educação ambiental formal e informal por meio de programas, projetos e ações desenvolvidas nas escolas, em comunidades, para os docentes, gestores, e demais segmentos da sociedade, para estimular a participação na proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;
- VI – Propor a criação e gerenciar unidades de conservação ambiental, implantando e implementando os planos de manejo;
- VII – Exercer o controle, o monitoramento e a avaliação dos recursos ambientais e naturais do Município no âmbito de suas atribuições;

alt



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

VIII - Controlar as atividades públicas e privadas potencialmente causadoras do desequilíbrio ambiental;

IX - Participar do planejamento das demais políticas públicas do Município, especialmente as de saúde, educação, desenvolvimento econômico e urbano, saneamento básico e transportes;

X - Acompanhar as ações dos órgãos integrantes do Sistema Municipal de Meio Ambiente;

XI - Apoiar as ações das organizações da sociedade civil que desenvolvam projetos de preservação, conservação e controle da qualidade do meio ambiente;

XII - Exercer a vigilância ambiental e o Poder de Polícia.

XIII - Atuar em caráter permanente adotando medidas que promovam a recuperação de áreas e recursos naturais poluídos ou degradados;

XIV - Exigir que os responsáveis pela promoção de atividades potencial ou efetivamente poluidoras, adotem medidas mitigadoras, compensatórias e de recuperação dos impactos ao meio ambiente;

XV - Observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas em Lei, aprovar a realização de atividades relacionadas à manutenção, recuperação e preservação dos recursos hídricos identificando, analisando e tomando providências quanto aos impactos sobre os mesmos;

XVI - Atuar em atividades relacionadas com o gerenciamento de resíduos sólidos;

XVII - Fomentar a redução do índice de desmatamento no Município;

Parágrafo único: O rol é meramente exemplificativo, sendo que o Departamento de Meio Ambiente deve exercer outras atividades, compatíveis com sua esfera de competência, que lhe forem delegadas.

Art. 5º - Estará sob o controle do Departamento de Meio Ambiente, as atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços e outras fontes de quaisquer naturezas que produzam ou possam produzir alterações adversas às características do meio ambiente.

Parágrafo único: As atividades previstas no caput, que necessitam de licenciamento, dependem de prévia autorização do Departamento de Meio Ambiente.

Art. 6º - A estrutura organizacional administrativa do Departamento de Meio Ambiente será formada por:



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

I – Diretor(a) do Departamento;

II - Coordenação de Controle e Fiscalização Ambiental com as atribuições relacionadas à Fiscalização, Licenciamento e Guarda Ambiental;

II - Coordenação de Gestão de Recursos Naturais com as atribuições relacionadas ao Zoneamento Ambiental, Gestão das Unidades de Conservação, Cadastro dos Usuários de Recursos Hídricos e Viveiro Municipal;

III – Coordenação de Gestão de Educação Ambiental com as atribuições relacionadas à Educação Formal e Informal;

IV – Assessoria Técnica.

Parágrafo único: No prazo de 15 dias, contados da data de publicação desta lei, o Chefe do Executivo Municipal, por meio de decreto municipal, detalhará a estrutura de organização das coordenadorias e funções organizacionais internas do Departamento de Meio Ambiente, via cessão de servidores e/ou transformação de cargos anteriormente existentes na administração municipal, a fim de estruturar minimamente a prestação de serviços necessários.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 7º - Fica criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente do Município de Morro do Chapéu do Piauí - CONSEMA, que possui como atribuições assessorar, estudar e propor as diretrizes governamentais para o meio ambiente, e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre os recursos e processos administrativos, normas e padrões relativos ao meio ambiente.

Art. 8º - Compete ao Conselho Municipal de Meio Ambiente:

I – Propor diretrizes para a Política Municipal de Meio Ambiente;

II - Colaborar nos estudos e elaboração dos planejamentos, planos, programas e ações de desenvolvimento municipal e em projetos de lei sobre parcelamento, uso e ocupação do solo, plano diretor e ampliação de área urbana;

III - Propor o mapeamento das áreas críticas e a identificação de onde se encontram obras ou atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras;

IV - Avaliar, definir, propor e estabelecer normas (técnicas e legais), critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

dos recursos ambientais, de acordo com a legislação pertinente, supletivamente ao Estado e à União;

V - Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental do município;

VI - Propor e acompanhar os programas de educação ambiental;

VII - Promover e colaborar em campanhas educacionais e na execução de um programa de formação e mobilização ambiental;

VIII - Manter intercâmbio com as entidades públicas e privadas de pesquisa e atuação na proteção do meio ambiente;

IX - Identificar e comunicar aos órgãos competentes as agressões ambientais ocorridas nos municípios, sugerindo soluções reparadoras;

X - Assessorar os consórcios intermunicipais de proteção ambiental;

XI - Convocar as audiências públicas nos termos da legislação;

XII - Propor a recuperação dos recursos hídricos e das matas ciliares;

XII - Proteger o patrimônio histórico, estético, arqueológico, paleontológico e paisagístico;

XIII - Exigir, para a exploração dos recursos ambientais, prévia autorização mediante análise de estudos ambientais;

XIV - Deliberar sobre qualquer matéria concernente às questões ambientais dentro do território municipal e acionar, quando necessário, os organismos federais e estaduais para a implantação das medidas pertinentes à proteção ambiental local;

XV - Analisar e relatar sobre os possíveis casos de degradação e poluição ambientais que ocorram dentro do território municipal, diligenciando no sentido de sua apuração e, sugerir ao Prefeito as providências que julgar necessárias;

XVI - Incentivar a parceria do Poder Público com os segmentos privados para gerar eficácia no cumprimento da legislação ambiental;

XVII - Deliberar sobre a coleta, seleção, armazenamento, tratamento e eliminação dos resíduos domiciliares, industriais, hospitalares e de embalagens de fertilizantes e agrotóxicos no município, bem como a destinação final de seus efluentes em mananciais;

XVIII - Sugerir vetos a projetos inconvenientes ou nocivos à qualidade do meio ambiente;



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

XIX - Cumprir e fazer cumprir as leis, normas e diretrizes municipais, estaduais e federais de proteção ambiental;

XX - Zelar pela divulgação das leis, normas, diretrizes, dados e informações ambientais inerentes ao patrimônio natural, cultural e artificial municipal;

XXI - Deliberar sobre o licenciamento ambiental na fase prévia, instalação, operação e ampliação de qualquer tipo de empreendimento que possa comprometer a qualidade do meio ambiente;

XXII - Recomendar restrições a atividades agrícolas ou industriais, rurais ou urbanas, capazes de prejudicar o meio ambiente;

XXIII - Decidir, em instância de recurso, sobre as multas e outras penalidades impostas pelo órgão municipal competente;

XXIV - Analisar anualmente o relatório de qualidade do meio ambiente municipal e emitir um parecer sobre.

XXV - Criar mecanismos que incentivem a organização da sociedade civil em cooperativas, associações e outras formas legais para democratizar a participação popular no Conselho de Defesa do Meio Ambiente;

XXVI - Gerir e participar das decisões sobre a aplicação dos recursos destinados ao Meio Ambiente, propondo critérios para a sua programação e avaliando os programas, projetos, convênios, contratos e quaisquer outros atos que serão subsidiados pelo mesmo;

XXVII – Acionar os organismos estaduais e federais, quando os problemas ambientais dentro do território municipal, ultrapassem sua área de competência ou exija medidas mais tecnológicas para se tornarem mais efetivas;

XXVIII - Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, assim como os ganhos sociais e de desempenho dos programas a serem tomadas.

XXIV - Elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Art. 9º - O Conselho Municipal de Meio Ambiente será constituído por conselheiros que formarão o colegiado, obedecendo-se à distribuição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil Organizada, num total de 7 (sete) conselheiros titulares, com igual número de suplentes, além do conselheiro presidente, que juntos formarão o plenário.

I – Representantes do Poder Público:

a) um presidente, que é o titular do Departamento de Meio Ambiente;



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

- b) um representante do Poder Legislativo Municipal designado pelos vereadores;
- c) um representante do órgão municipal de saúde pública e ou assistência social;
- d) um representante do órgão municipal da área de desenvolvimento econômico, agropecuário ou promoção do trabalho.

II – Representantes da Sociedade Civil:

- a) um representante de entidades religiosas;
- b) dois representantes de setores organizados da sociedade, tais como: Associação do Comércio, da Indústria, Clubes de Serviço, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e pessoas comprometidas com a questão ambiental;
- c) um representante de entidade civil criada com o objetivo de defesa dos interesses dos moradores e da qualidade do meio ambiente, com atuação no âmbito do município;

§ 1º - O Suplente deve ser oriundo da mesma categoria representativa do Conselheiro, para, quando for o caso, substituí-lo na plenária.

§ 2º - A estrutura do Conselho será composta por um presidente, colegiado e secretaria executiva, escolhidos dentre seus membros, conforme estabelecido em Regimento Interno.

§ 3º - O Presidente do CONSEMA exercerá seu direito de voto em casos de empate.

§ 4º - Os membros do CONSEMA e seus respectivos suplentes serão indicados pelas entidades que representam, e nomeados por ato do Prefeito Municipal, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, sendo considerado serviço relevante para o Município.

§ 5º - A indicação a que se refere o § 4º não se aplica ao Presidente, que é considerado membro nato da CONSEMA.

§ 6º - O Conselho Municipal poderá instituir, sempre que necessário, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse, e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

§ 7º - O exercício das funções de membros do Conselho será gratuito por se tratar de serviço de relevante interesse público.

Art. 10 - A Plenária reunir-se-á em caráter ordinário e extraordinário, como dispuser o Regimento Interno do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 11 - O Conselho, sempre que cientificado de possíveis agressões ambientais, observará as providências que julgar necessárias para retornar ao equilíbrio do meio ambiente.

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Art. 12 - As sessões do Conselho serão públicas e os atos e documentos deverão ser amplamente divulgados.

Art. 13 - Em todas as sessões deverão ser redigidas Atas.

Art. 14 - Dentro do prazo máximo de trinta dias após sua instalação, o Conselho elaborará seu Regimento Interno.

Art. 15 - As demais normas de funcionamento do CONSEMA serão definidas por decreto regulamentar do Poder Executivo Municipal e pelo seu Regimento Interno.

TÍTULO III

DA APLICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I

DOS INSTRUMENTOS

Art. 16 - São instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente:

I - O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

II - O Fundo Municipal de Meio Ambiente;

III - A Educação Ambiental Formal e Informal;

IV - O Zoneamento Ambiental;

V - O licenciamento e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras;

VI - Os Planos de Manejo das Unidades de Conservação;

VII - A criação de unidades de conservação ambiental;

VIII - O Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras; de Recursos Ambientais e o Sistema e Informações Ambientais;

IX - A fiscalização ambiental às penalidades administrativas;

X - A instituição do relatório de qualidade ambiental do município;

CAPÍTULO II

DO FUNDO MUNICIPAL

Art. 17 - Fica criado o Fundo Municipal de Meio Ambiente para concentrar recursos destinados a projetos de interesse ambiental do Município de Morro do Chapéu do Piauí.

§ 1º - Constituem receitas do Fundo:

I - Dotações orçamentárias;

II - Arrecadação de multas previstas em lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

III - Contribuições, subvenções e auxílio da União, do Estado, do Municípios e de suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações;

IV - As resultantes de convênios, contratos e consórcios celebrados entre o Município e instituições públicas e privadas, cuja execução seja de competência do Departamento de Meio Ambiente, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos;

V - As resultantes de doações que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos e privados, nacionais e internacionais;

VI - Rendimentos de qualquer natureza que venham a auferir como remuneração decorrente de aplicação de seu patrimônio;

VII - Outros recursos que, por sua natureza, possam ser destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente;

§ 2º - O Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente será o gestor do Fundo Municipal, cabendo-lhe aplicar os recursos de acordo com o plano a ser aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

CAPÍTULO III

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 18 - O licenciamento ambiental municipal é o procedimento administrativo pelo qual o Departamento de Meio Ambiente licencia a localização, instalação, ampliação operação e regularização de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, considerado efetivas ou potencialmente poluidor ou, ainda, daquelas que, sob qualquer forma ou intensidade, possam causar degradação ambiental, ou que de alguma forma utilizem de recursos naturais ambientais considerando as disposições gerais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

§ 1º - Dependerá de prévio licenciamento do Departamento de Meio Ambiente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis, a localização, instalação, operação, ampliação de atividades potencialmente poluidoras e degradadoras do meio ambiente caracterizadas como de impacto local. As atividades consideradas de impacto ambiental ou hostilizadoras de recursos naturais já instaladas ou em operação serão regularizadas quando possível pelo Departamento de Meio Ambiente.

auth.



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

§ 2º - O procedimento para o licenciamento ambiental assim como a listagem das atividades a serem licenciadas e demais regulamentações serão regidas por lei específica a ser aprovada.

Art. 19 - Compete à Departamento de Meio Ambiente o controle e o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local, ouvido, quando legalmente couber, os órgãos ambientais da esfera estadual e federal, bem como daquelas atividades cuja competência lhe forem formalmente delegadas por outros entes federativos.

§ 1º - As atividades de impacto local previstas no “caput” deste artigo são aquelas cujo impacto ambiental seja considerado restrito exclusivamente à área de circunscrição territorial do Município de Morro do Chapéu do Piauí.

§ 2º - Para que o procedimento do licenciamento ambiental possa ser concluído em prazo razoável, sem prejuízo da efetiva proteção ao meio ambiente, caberá ao Poder Executivo Municipal assegurar à Departamento de Meio Ambiente:

I – Disponibilidade de recursos humanos com capacidade técnica para atuar na área ambiental;

II – Disponibilidade de infraestrutura operacional adequada à concessão, fiscalização e acompanhamento das autorizações e licenciamentos ambientais.

§ 3º - Quando o licenciamento ambiental de um novo empreendimento se realizar por intermédio de órgão estadual ou federal, caberá ao Poder Público Municipal a verificação de conformidade com o que dispuser esta Lei acerca do uso e ocupação do solo do Município, expedindo declaração ao requerente no caso de se encontrar regular.

Art. 20 - O licenciamento ambiental das atividades e empreendimento potencialmente poluidores ou degradadores do meio ambiente conterà as seguintes modalidades de licença e autorização ambiental:

I – LMS - Licença Municipal Simplificada;

II – LMP - Licença Municipal Prévia;

III – LMI - Licença Municipal de Instalação;

IV – LMO - Licença Municipal de Operação;

V – LMA - Licença Municipal de Ampliação;

VI – LMR - Licença Municipal de Regularização;

VII – AMA - Autorização Municipal Ambiental;



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Parágrafo único - O Departamento de Meio Ambiente definirá, a posteriori, as modalidades de licença, por intermédio da lei específica a ser aprovada.

Art. 21 - As licenças ambientais poderão ser outorgadas de forma isolada, sucessiva ou cumulativamente, de acordo com a natureza, característica e fase da atividade ou serviço requerido do licenciamento.

Parágrafo único: O Departamento de Meio Ambiente estabelecerá de forma objetiva o procedimento adequado a cada atividade ou empreendimento, ressalvadas as peculiaridades verificadas na situação concreta que, fundamentadamente, exijam outras providências à sua regularização.

Art. 22 - No caso de irregularidades ligadas ao licenciamento, o empreendedor ficará sujeito a sanções e penalidades previstas nesta lei, inclusive a cassação da licença ambiental, observados a ampla defesa e o contraditório.

Art. 23 - O Poder Executivo Municipal regulamentará por meio de decreto o licenciamento ambiental e estabelecerá prazos para análises de projetos, procedimentos, emissão de licenças, prazo de validade das licenças emitidas e demais disposições.

CAPÍTULO IV DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 24 - A educação ambiental é vertente essencial à educação nacional, devendo estar presente e aplicada de maneira forma e não-formal. Visando, aos indivíduos e à coletividade, a estruturação de valores sociais refletidos na construção de conhecimento e habilidades em prol da conservação ambiental.

Art. 25 - É instituído o Plano Municipal de Educação Ambiental, respeitados os princípios e objetivos previstos nesta Lei e em legislação correlata, estadual e federal.

Parágrafo único: É dever do Município articular-se em prol da implantação e efetivação dos programas do Plano Municipal de Educação Ambiental, assegurado a caráter interinstitucional de suas ações.

Art. 26 - A Educação Ambiental será promovida, em caráter formal e informal:

I – Na rede municipal de ensino, pela Secretaria de Educação em articulação com o Departamento de Meio Ambiente, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo;

Handwritten signature in blue ink.



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

II – Aos demais segmentos da sociedade, com destaque aos meios de comunicação de massa, que possam atuar de maneira ativa na disseminação de informações, práticas ambientais e atividades desenvolvidas por órgãos e entidades do município;

III – Através do desenvolvimento de atividades técnicas junto às entidades e associações ambientalistas e específicas, existentes ou que venham a ser criadas com este objetivo.

§ 1º - Por educação ambiental formal, compreende-se a desenvolvida e efetivada no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas.

§ 2º - A educação ambiental informal objetiva articular e organizar a participação da coletividade em favor das questões ambientais, por meio da promoção de ações e práticas educativas.

Art. 27 - A educação ambiental é direito de todos.

TÍTULO IV

ÁREA DE INTERVENÇÃO

CAPÍTULO I

DO CONTROLE DE POLUIÇÃO

Art. 28 - O lançamento no meio ambiente de qualquer forma de matéria, energia, substância, em qualquer estado físico, prejudiciais ao ar, ao solo, à arborização ao subsolo, às águas, à fauna e à flora em geral, deverá obedecer às normas estabelecidas nesta Lei, visando reduzir previamente os efeitos:

I - Impróprios, Nocivos ou ofensivos à saúde;

II - Inconvenientes, inoportunos ou incômodos ao bem-estar público;

III - Danosos aos materiais;

IV - Prejudiciais ao uso, gozo e segurança da propriedade. Bem como ao funcionamento normal das atividades da coletividade;

CAPÍTULO II

DO AR E DAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 29 - Para os efeitos desta lei, considerar-se-á:

I – Poluição atmosférica: a degradação da qualidade da atmosfera resultante de atividades que direta ou indiretamente:



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do Meio Ambiente;
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

II – Poluente atmosférico: qualquer forma de matéria sólida, líquida ou gasosa ou de energia que, presente na atmosfera, cause ou possa causar poluição atmosférica;

III – Emissão: o lançamento na atmosfera de qualquer forma de matéria sólida, líquida ou gasosa, ou de energia, efetuado por uma fonte potencialmente poluidora do ar;

IV – Fonte-área: qualquer processo natural ou artificial, estacionário ou não pontual, que libere ou emita matéria ou energia para a atmosfera;

V – Fonte móvel: qualquer instalação, equipamento ou processo natural ou artificial em movimento, que libere ou emita matéria ou energia para a atmosfera;

VI – Fonte pontual: qualquer instalação, equipamento ou processo natural ou artificial, estacionário, que libere ou emita matéria ou energia para a atmosfera de forma concentrada em ponto geográfico específico e bem delimitada em seu alcance;

VII – Fonte potencialmente poluidora do ar: qualquer instalação, equipamento ou processo natural ou artificial que possa liberar ou emitir matéria ou energia para a atmosfera, de forma a causar poluição atmosférica;

VIII – Limites de emissão: os valores de emissão permissíveis constantes na licença ambiental de fontes potencialmente poluidoras e que, no mínimo, atendam aos padrões de emissão;

IX – Padrões de emissão: os limites máximos de emissão permissíveis de serem lançados na atmosfera por fontes potencialmente poluidoras;

X – Padrão de qualidade do ar: o máximo valor permitido de um nível de concentração, em uma duração específica de tempo, estabelecido para um certo poluente na atmosfera, conforme definida nos termos desta lei.

SEÇÃO II

DO ESTABELECIMENTO DE PADRÕES DE QUALIDADE DO AR

Art. 30 - A utilização da atmosfera para o lançamento de qualquer tipo de matéria ou energia somente poderá ocorrer com a observância dos limites e padrões de emissão



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

estabelecidos, das condições e parâmetros de localização de implantação e de operação das fontes potenciais de poluição do ar;

Parágrafo único: As disposições do caput deste artigo aplicam-se tanto para as fontes providas de sistemas de ventilação ou de condução dos efluentes gasosos, quanto às emissões decorrentes da ação dos ventos, da circulação de veículos em vias e áreas não pavimentadas e aquelas situações ou emissões geradas por eventos acidentais

Art. 31 - Nenhuma fonte ou conjunto de fontes potencialmente poluidoras do ar poderá emitir matéria ou energia para a atmosfera em quantidades e condições que possam resultar em concentrações médias superiores aos Padrões de Qualidade do Ar estabelecidos

Art. 32 - Os padrões de qualidade do ar a serem observados no Município de Morro do Chapéu do Piauí serão estabelecidos pelo Departamento de Meio Ambiente, ou ainda por decreto, observadas as sugestões encaminhadas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

§ 1º Os padrões de qualidade do ar a serem estabelecidos deverão estar em conformidade com aqueles fixados pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, ou ao menos, contemplá-lo em alguns aspectos.

§ 2º O Município poderá adotar padrões mais restritivos, por decreto, em casos de emergência e sob aprovação do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMA.

CAPÍTULO II

DAS EMISSÕES SONORAS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 33 - Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – Som e ruído: toda e qualquer vibração acústica capaz de provocar nas pessoas sensações auditivas;

II – Poluição sonora: qualquer alteração das propriedades físicas do meio ambiente provocada por sons e ruídos com frequência, intensidade e duração que causam sensação sonora indesejável de incomodo, aborrecimento e irritação, com afetação, direta ou indiretamente, à saúde, ao sossego e ao bem-estar da coletividade;

III – Zonas sensíveis: áreas territoriais que abrigam hospitais, casas de saúde, escolas, bibliotecas, creches e teatros e similares, em um raio de duzentos (200) metros;

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

IV – Zonas mistas: áreas territoriais que abrigam residências, centros comerciais, administrativos, industriais e assemelhados;

V - Horário diurno: o período compreendido das 7:01 às 13:00horas; horário vespertino: o período compreendido das 19:01 às 22:00horas; e horário noturno: o período compreendido das 22:01 às 7:00horas;

VI – Decibel (dB): unidade de intensidade física relativa do som;

VII – Nível de som ou acústico dB(A): intensidade do som medida na curva de ponderação a, estabelecida na ABNT NBR 10151:2019, pela Associação Brasileira de normas Técnicas;

VIII – Decibelímetro: aparelho utilizado para medir o nível de som;

IX - Veículos de som: veículo automotor ou não, de pequeno e meio porte, utilizados para a instalação de sistema sonoro, sobretudo com amplificadores e alto-falantes potentes, conjugados ou não com aparelhos de fonte de energia elétrica que transforma corrente de 220v em 12v, para alimentação do sistema sonoro;

X – Banda de música ou fanfarra: conjunto de músicos que utilizam exclusivamente instrumentos de sopro, metal e percussão para acompanhar manifestações populares em festividades típicas carnavalescas, religiosas, esportivas, comemorações oficiais, passeatas e cortejos civis em geral;

XI – banda musical: conjunto de músicos que utilizam instrumentos de sopro, metal, percussão, corda, teclado e voz conjugados, sobretudo com equipamentos eletrônicos, amplificadores e caixas acústicas com alto falantes de alta potência, para animar festas shows em geral;

XII – trio elétrico; veículo automotor ou não, de grande porte, utilizado para instalação de sistema de som com os instrumentos e equipamentos eletrônicos e para o mesmo fim de que trata o inciso antecedente;

XIII – ponta de energia ou ponta de luz; qualquer tomada com carga e corrente elétrica de 220v ou 110v, instalada em estabelecimento comercial ou não;

XIV- estabelecimento de pequeno porte: aquele em que a atividade é exercida em área ou espaço fechado ou não, coberto ou não, com no máximo 150 (cento e cinquenta) metros quadrados.



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Art. 34 - O controle da emissão de ruídos dentro do Município de Morro do Chapéu do Piauí visa a garantir o sossego e bem-estar público, evitando sua perturbação por emissões excessivas ou incômodas de sons de qualquer natureza ou que contrariem os níveis máximos fixados em leis federais, estaduais e municipais.

Art. 35 - Considera-se poluição sonora a emissão de sons, ruídos e vibrações em decorrência de atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, de lazer, domésticas, sociais, de trânsito e de obras públicas ou privadas que causem desconforto ou que direta ou indiretamente sejam ofensivas à saúde, à segurança e ao bem estar da coletividade ou, simplesmente, excedam os limites estabelecidos pelo Conselho Nacional de Transito-CONTRAN, Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, pelas resoluções do CONAMA e demais dispositivos legais em vigor, no interesse da saúde, da segurança e do sossego público.

SEÇÃO II

DOS NÍVEIS MÁXIMOS DE SONS E RUIDOS

Art. 36 - Para os efeitos desta Lei, os níveis máximos de sons e ruídos, de qualquer fonte emissora e natureza, em empreendimentos ou atividades residenciais, comerciais, de serviços, institucionais, industriais ou especiais, públicas ou privadas assim como em veículos automotores obedecerão aos seguintes níveis conforme as zonas:

I – Nas Zonas Sensíveis:

a) 45dB (cinquenta e cinco decibéis) diurno;

II – Nas Zonas Residenciais:

b) 55dB (cinquenta decibéis) vespertino;

c) 45dB (quarenta e cinco decibéis) noturno.

III – Nas Zonas Mistas:

a) 65 dB (sessenta decibéis) diurno;

b) 50 dB (cinquenta decibéis) vespertino;

c) 55dB (cinquenta e cinco decibéis) noturno.

IV – Nas Zonas Industriais:

a) 60dBA (sessenta decibéis) diurno;

b) 60dBA (sessenta decibéis) vespertino;

c) 62dBA (sessenta e dois decibéis) noturno.



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Art. 37 - Não estão sujeitos às proibições e restrições previstas nesta Lei, os sons produzidos pelas seguintes fontes:

I – Sirenes de ambulância de emergência vinculadas a estabelecimento ou órgãos ligados à saúde, e de viaturas do sistema de segurança pública quando em serviço de socorro ou de policiamento;

II – Apitos ou silvos de guardas civis ou policiais quando em serviços de vigilância e ronda em logradouro público;

III – Detonações de explosivos empregados na arrebentação de pedreiras, rochas ou em demolições, desde que ouve horários e com carga previamente autorizada pelo órgão competente do Executivo Municipal;

IV – Os sinos de igrejas ou templos religiosos exclusivamente para indicar as horas ou anunciar a realização de atos, cerimônias ou cultos religiosos;

V – Bandas de músicos ou fanfarras, quando utilizadas para animar manifestações populares nas festividades típicas religiosas, juninas e carnavalesca, passeatas e desfiles, comemorações oficiais ou reuniões desportivas, realizadas nas circunstâncias consagradas pela tradição e costume em local e horários previamente autorizados pelo órgão competente do Executivo Municipal;

VI – Pregações, orações, hinos e cânticos religiosos proferidos através de sistema de som com amplificadores e alto-falantes ou não, exclusivamente quando em caminhadas, passeatas, cortejos e procissões tradicionais de igrejas ou templos religiosos;

VII – Máquinas e equipamentos ou aparelho de alarme eletrônico que por possuir dispositivo especial para partida automática ou dispara através de sensores impossibilita o controle e diminuição dos sons e ruídos emitidos nos níveis máximos previstos nesta Lei, desde que a emissão ocorra em intervalos não inferior a quarenta minutos e com duração acima de dez segundos.

CAPÍTULO III DA POLUIÇÃO VISUAL

Art. 38 - Para os efeitos desta lei, considerar-se-á paisagem urbana:

I – O espaço aéreo;

II – A superfície externa de qualquer elemento natural ou construído, tais como água, fauna, flora, construções, anteparos, superfícies aparentes de equipamentos de infraestrutura, de



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

segurança e de veículos automotores, anúncios de qualquer natureza, elementos de sinalização urbana, de informação e de logradouros públicos, visíveis por qualquer observador situado em áreas de uso comum do Município

Art. 39 - São diretrizes a serem observadas na colocação dos elementos que compõem a paisagem urbana:

- I - o livre acesso de pessoas e bens à infraestrutura urbana;
- II - a priorização da sinalização de interesse público visando a não confundir motoristas na condução de veículos e garantir a livre e segura locomoção de pedestres;
- III - o combate à poluição visual, bem como à degradação ambiental;
- IV - a proteção, preservação e recuperação do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico, de consagração popular, bem como do meio ambiente natural ou construído da cidade;

Art. 40 - É considerada poluição visual qualquer limitação à visualização pública de paisagem urbana, sujeitando o agente, a obra, o empreendimento ou a atividade ao controle ambiental, aos termos desta Lei, seus regulamentos e normas decorrentes.

Art. 41 - Fica proibido, portanto, anúncios a serem instalados:

- I - Nos leitos dos rios e cursos d'água, reservatórios, lagos e represas, conforme legislação específica;
- II - Nas vias, parques, praças e outros logradouros públicos, salvo os anúncios de cooperação entre o Poder Público e a iniciativa privada;
- III - Nos imóveis situados nas zonas de uso estritamente residenciais, salvo os anúncios indicativos nos imóveis regulares;
- IV - Em postes de iluminação pública ou de rede de telefonia, inclusive cabines e telefones públicos, conforme autorização específica, exceção feita ao mobiliário urbano nos pontos permitidos pela Prefeitura;
- V - Em torres ou postes de transmissão de energia elétrica;
- VI - Em faixas ou placas das sinalização de trânsito;
- VII - Nos bens de uso comum do povo a uma distância inferior a 30,00m (trinta metros) de obras públicas de relevância, bem como de seus respectivos acessos;
- VIII - Nos muros e paredes de lotes públicos ou privados, edificadas ou não;
- IX - Nas árvores de qualquer porte;



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Art. 42. É proibido ainda, anúncios na paisagem urbana que:

- I - Reduza, ainda que parcialmente, a visibilidade de bens tombados;
- II - Prejudique a estrutura, a insolação ou a aeração da edificação em que estiver instalado ou as edificações vizinhas;

CAPÍTULO IV

DO SOLO

SEÇÃO I

DO USO E OCUPAÇÃO

Art. 43 - A disciplina do ordenamento do uso e da ocupação do solo tem por objetivos específicos:

- I – Garantir o ordenamento do solo, estimulando o adensamento sustentável;
- II – Promover a renovação urbana em áreas centrais degradadas, por meio de novas ocupações, com empreendimentos que levem ao adensamento e a intensificação dos usos dessas áreas, incorporando o desenho urbano ao processo de planejamento;
- III – Fomentar a multiplicidade dos usos, mediante a densificação e diversificação das funções do ambiente construído, potencializando a atividade econômica e habitacional, favorecendo deslocamentos curtos e mantendo o espaço vital da cidade;
- IV – Promover a proteção ambiental e a recuperação dos remanescentes do bioma local protegidos por lei e que cumpram relevante função ecológica.
- V – A aproximação do emprego e dos serviços urbanos à moradia;
- VI – A promoção da habitação de interesse social de forma integrada aos bairros e nos territórios com oferta de serviços públicos e empregos;

Art. 44 - Entende-se zoneamento pela forma de divisão municipal que visa, a cada região, uma melhor utilização em função do sistema viário, da topografia e da infraestrutura existentes, através da criação de zonas, bairros e setores de uso e ocupação do solo.

Parágrafo único. As zonas, bairros e setores serão delimitados e discriminados em ato legal, a posteriori, mediante estudos e pareceres técnicos de maneira a fundamentarem suas definições.

Art. 45 - Para os efeitos desta Lei, de interpretação e aplicação, o território do Município de Morro do Chapéu do Piauí compreende:

celm



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

I – Perímetro urbano, com todas as construções residenciais e comerciais inseridas nos bairros da cidade;

II – Limites do Perímetro Urbano e Rural, que é a divisão entre a área urbana e a área rural, nos parâmetros do ponto final de cada bairro;

III – Perímetro urbano nos centros comunitários, os centros das comunidades que possuem estruturas urbanísticas como pavimentação poliédrica, água, energia, escolas e posto de saúde;

IV – Setores urbanos, as áreas urbanas ainda em desenvolvimento, que se extremam com estradas, podem ser de produção comercial, institucional e/ou área familiar;

V – Zona Rural, as áreas do Município não inseridas nos perímetros urbanos.

Art. 46 - Na análise de projetos de ocupação, uso e parcelamento do solo, o Departamento de Meio Ambiente deverá manifestar-se em relação aos aspectos de proteção do solo, da Fauna, da cobertura vegetal e das águas superficiais, subterrâneas, fluentes, emergentes e reservadas, sempre que os projetos:

I – Tenham interferência sobre reservas de áreas verdes, e proteção de interesses paisagísticos e ecológicos;

II – Exijam sistemas especiais de abastecimento de água, coleta, tratamento e disposição final de esgotos e resíduos sólidos;

III – Apresentem problemas relacionados à viabilidade geotécnica;

Parágrafo único. O Departamento de Meio Ambiente deverá emitir parecer técnico por ocasião de implantação de novos loteamentos.

Art. 47 - A proteção do solo no município visa:

I – Garantir o uso sustentável do solo, substrato natural dos ecossistemas existentes no Município e das atividades rurais;

II – Garantir a utilização do solo cultivável, por intermédio adequado planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologias e manejos;

III – Priorizar o controle da erosão, a contenção de encostas e o reflorestamento das áreas degradadas;

IV – Priorizar a utilização de controle biológico de pragas;

V – Garantir a conservação do solo em áreas com cobertura de vegetação nativa.



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

SEÇÃO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 48 - Fica criado e disciplinado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, como órgão consultivo e de assessoramento ao Prefeito Municipal, integrante do Departamento de Meio Ambiente.

Art. 49 - Dentre as competências do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, destaca-se:

I – Fomentar a participação da sociedade nas diversas discussões relativas às diretrizes acerca da temática;

II – Opinar sobre planos e programas de revitalização, de renovação e de desenvolvimento sustentável para o Município;

III – Analisar, antes do seu envio à Câmara Municipal, as propostas de alteração do Plano da legislação de uso e ocupação do solo, bem como de seus desdobramentos legais;

IV – Acompanhar a implementação dos instrumentos urbanísticos de preservação e renovação urbana;

V – Apresentar propostas e opinar, anualmente, sobre a programação do Fundo de Desenvolvimento Urbano, assim como avaliar e acompanhar sua gestão econômica;

VI – Constituir grupos técnicos e comissões especiais, quando julgar necessário para o desempenho de suas funções;

VII – Elaborar e aprovar seu regimento interno.

Art. 50 - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano será constituído por representantes da sociedade civil e do Poder Público, com seus respectivos suplentes, a serem especificados em decreto regulamentar editado pelo poder executivo.

Art. 51 - O exercício das funções de membro do Conselho não será remunerado; possuindo, porém, caráter de relevante interesse público.

Art. 52 - O Departamento de Meio Ambiente prestará ao Conselho o necessário suporte técnico-administrativo e financeiro, quando necessário, sem prejuízo da colaboração dos demais órgãos ou entidades nele representados, para a consecução de seus fins.



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Art. 53 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão pelas dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

CAPÍTULO V DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 54 - As medidas referentes ao saneamento básico essenciais à proteção do meio ambiente e à saúde pública constituem obrigação do Poder Público, cabendo-lhe a elaboração da sua política municipal de saneamento e dos planos municipais de resíduos sólidos, esgotamento sanitário e drenagem no exercício da sua atividade cumprindo as determinações legais, em especial a Lei Federal Nº 11.445 de 2007.

Art. 55 - Os serviços de saneamento básico, tais como os sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de limpeza pública, de drenagem, de coleta e de destinação final de resíduos sólidos, operados por órgãos e entidades de qualquer natureza, estão sujeitos ao monitoramento da SEMAM, sem prejuízo daquele exercido por outros órgãos competentes, observado o disposto no seu regulamento e nas normas técnicas federais e estaduais correlatas.

Parágrafo único. A construção, reconstrução, ampliação e operação de sistemas de saneamento básico deverão ter seus respectivos projetos aprovados previamente pela SEMAM.

Art. 56 - É dever do Poder Executivo do Município de Morro do Chapéu do Piauí a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, visando fundamentar, regulamentar e orientar a proposição e execução de políticas públicas do município;

Art. 57 - A elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser orientada pelo:

I – Estabelecimento de ações preventivas na gestão dos recursos hídricos, por meio das atividades de drenagem urbana, disposição final de resíduos sólidos e líquidos e preservação de áreas de mananciais e proteção ambiental;

II – Integração das políticas, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, recursos hídricos, desenvolvimento urbano, habitação, uso e ocupação do solo;

III – Utilização dos indicadores sanitários, epidemiológicos e ambientais como parâmetros do nível de qualidade de vida da população e como norteadores das ações de saneamento;

IV – Incentivo a atividades de educação ambiental sanitária, com ênfase em saneamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Parágrafo único. O Plano Municipal de Saneamento será encaminhado para ciência do Poder Legislativo.

CAPÍTULO VI DA FAUNA E DA FLORA SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 58 - Compete ao Poder Executivo Municipal:

I – Proteger a fauna e a flora, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica ou que submetam os animais à crueldade; provoquem extinção das espécies, estimulando e promovendo o reflorestamento, preferencialmente com espécies nativas, em áreas degradadas de interesse ecológico;

II – Preservar as espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção, que ocorrem em ecossistemas naturais;

III – A introdução e reintrodução de exemplares da fauna e da flora em ambientes naturais de interesse local e áreas reconstituídas, devendo ser efetuada com base em dados técnicos e científicos e com a devida autorização ou licença ambiental de órgão competente;

IV – Adotar medidas de proteção de espécies da fauna nativas ameaçadas de extinção;

V – Garantir a elaboração de inventários e censos florísticos periódicos.

SEÇÃO II DA FAUNA

Art. 59 - As espécies animais nativas, bem como as migratórias, em qualquer fase de seu desenvolvimento, seus ninhos, abrigos, criadouros naturais, habitats e ecossistemas necessários à sua sobrevivência são bens públicos de uso restrito, sendo sua utilização a qualquer título estabelecida pela presente Lei.

Art. 60 - A política sobre a fauna silvestre do Município tem por finalidade seu uso adequado e racional, com base nos conhecimentos técnico-científicos da área, visando à melhoria da qualidade de vida da sociedade e compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a preservação ambiental e do equilíbrio ecológico.

Art. 61 - É proibido utilizar, perseguir, destruir, caçar, pescar, apanhar, capturar, coletar, exterminar, mutilar e manter em cativeiro, ou em semicativeiro, exemplares da fauna silvestre,



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

por meios diretos ou indiretos, bem como o seu comércio e de seus produtos e subprodutos, sem a devida licença ou autorização do órgão competente, ou em desacordo com a obtida.

§ 1º - Fica proibida a posse, a manutenção em cativeiro e/ou a utilização de animais silvestres, exóticos, domesticados ou não, em espetáculos circenses ou semelhantes.

§ 2º - A apanha de animais da fauna só é permitida, segundo o controle e critérios técnico- científicos estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Art. 62 - Deverão ser estimuladas as ações para a reintrodução de animais silvestres regionais em segmentos de ecossistemas naturais existentes no Município, de maneira especial nas Unidades de Conservação; mediante autorização do órgão ambiental competente, após estudos sobre o ecossistema local e a compatibilidade com as áreas urbanas.

Art. 63 - É proibido o abandono de qualquer espécime da fauna silvestre, ou exótica, domesticada ou não, e de animais domésticos ou de estimação nos parques urbanos, praças, áreas de preservação permanente e demais logradouros públicos municipais.

Art. 64 - É proibida a entrada de animal doméstico em unidades de conservação municipais, ressalvados os cães-guia que acompanhem deficientes visuais.

Art. 65 São protegidos os pontos de pouso, reprodução e alimentação de aves migratórias.

SEÇÃO III

DA FLORA

Art. 66 - O uso e exploração das florestas existentes no Município e demais formas de vegetação, atenderão as leis federal e estadual em vigor, ao disposto nesta Lei, bem como em sua regulamentação.

Art. 67 A flora nativa encontrada no território do Município de Morro do Chapéu do Piauí e as demais formas de vegetação importantes para a manutenção e para o equilíbrio dos ecossistemas primitivos, são considerados bens de interesse comum a todos e ficam sob a proteção municipal, sendo seu uso, manejo e proteção, regulados por esta Lei, bem como por legislação correlata.

Art. 68 - Por motivo de sua localização, raridade, beleza ou condição outra específica, um ou mais exemplares ou pequenos conjuntos da flora poderão ser declarados imunes ao corte

mh'



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

ou supressão, mediante ato do Diretor(a) do Departamento de Meio Ambiente, emitido com base em parecer técnico e nos limites estabelecidos na legislação pertinente.

Parágrafo único. Além da multa decorrente do corte irregular, deverá o infrator compensar o dano com o plantio, às suas expensas, de 20 (vinte) a 500 (quinhentas) mudas, conforme o tamanho, idade, copa e diâmetro do caule, a ser determinado por laudo técnico do Departamento de Meio Ambiente.

Art. 69 - É proibido o uso ou o emprego de fogo nas florestas e demais formas de vegetação, para atividades agrossilvopastoris, para simples limpeza de terrenos ou para qualquer outra finalidade.

Parágrafo único: A aplicação de penalidades referente à infração disposta neste artigo poderá ser pauta de regulamentação a posteriori.

CAPÍTULO VII

DA ASSOCIAÇÃO DE BRIGADISTA

Art. 70 - Fica criada e disciplinada, nesta Lei, a Brigada Civil Municipal de Morro do Chapéu do Piauí, com a finalidade de atuar, complementar e subsidiariamente, na prevenção e combate de focos de incêndios florestais e queimadas urbanas; e medidas correlatas.

Art. 71 - A Brigada será composta por pessoas voluntárias habilitados, os quais poderão ser ainda servidores ou funcionários, mesmo terceirizados, de um ou mais órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º - A participação na Brigada de Incêndio não gera qualquer vínculo empregatício com a Administração Pública Municipal.

§ 2º - O exercício da atividade de brigadista voluntário municipal depende de aprovação em curso de formação, conforme a ABNT NBR 14.023:1997, e segundo dispuserem as normas suplementares estaduais e municipais.

Art. 72 - A brigada de incêndio poderá atuar em Municípios limítrofes, mediante convênio ou consórcio.

Art. 73 - O horário cumprido como brigadista voluntário municipal será computado para todos os efeitos como carga horária, se exercido:

I – Em situação real, na área do Município ou de outro Município conveniado ou consorciado;

mlg



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

II – Nas dependências de órgão público, entidade ou empresa, ainda que a título de formação, reciclagem ou treinamento;

III – Em outro local durante o horário de trabalho, mediante liberação do empregador.

Art. 74 - O coordenador da Brigada de Incêndio Municipal e os demais brigadistas voluntários serão designados por meio de Portaria Municipal, a ser expedida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

TÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO, INFRAÇÃO E PENALIDADES CAPÍTULO I

Art. 75 - Para realização das atividades decorrentes do disposto nesta Lei e seus regulamentos, o Departamento de Meio Ambiente poderá utilizar-se, além dos recursos técnicos e funcionários de que dispõe, do concurso de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, mediante convênios.

Art. 76 – Os funcionários públicos municipais encarregados da fiscalização ambiental, são competentes, para:

- I - Realizar levantamentos, vistorias e avaliações;
- II - Efetuar medições e coletas de amostra, para análises técnicas e de controle;
- III - Proceder inspeções e visitas de rotinas, bem como para apuração de irregularidades e infrações;
- IV - Verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes;
- V - Lavrar notificação e auto de infração.

Parágrafo único: No exercício da ação fiscalizadora, os técnicos poderão adentrar nas dependências das fontes poluidoras localizadas, ou a se instalarem no município, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário, desde que seja respeitado o princípio constitucional da inviolabilidade domiciliar.

CAPÍTULO II DAS INFRAÇÕES

Art. 77 – A infração consiste em toda a ação ou omissão, voluntária ou não, que importe inobservância de determinações legais relativas à proteção da qualidade do meio ambiente descritas nesta lei.

mlh



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Parágrafo único: Toda e qualquer infração ambiental deverá ser informada, desde a sua ciência, ao Departamento de Meio Ambiente;

Art. 78 - As infrações podem ser classificadas em:

- I - Leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;
- II - Graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;
- III - Muito Graves, aquelas em que forem verificadas duas circunstâncias agravantes;
- IV - Gravíssimas, aquelas em que sejam verificadas a existência de três ou mais circunstâncias agravantes ou a reincidência.

Art. 79 - São circunstâncias atenuantes da infração:

- I - Menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;
- II - Arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa de degradação ambiental causada.
- III - Comunicação previa pelo infrator de perigo iminente de degradação ambiental as autoridades competentes;

IV - Colaboração com os agentes encarregados da vigilância;

V - Ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve.

Art. 80 - São circunstâncias agravantes da infração:

- I - Ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada;
- II - Ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária;
- III - O infrator coagir outrem para a execução material da infração;
- IV - Ter a infração consequências danosas à saúde pública e ao meio ambiente;
- V - Se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública e ao meio ambiente, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada para evitá-lo;
- VI - A ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia;
- VII - a infração atingir áreas sob proteção legal.

Art. 81 - A apuração ou denúncia de qualquer infração terá como consequência a formação de processo administrativo

Parágrafo único - O processo administrativo será instruído com os seguintes documentos:

- I - Parecer técnico;
- II - Cópia da notificação;

calh.



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

III - Outros documentos indispensáveis à apuração e julgamento do processo;

IV - Cópia do auto de infração;

V - Atos e documentos de defesa apresentados pela parte infratora;

VI - Decisão no caso de recurso;

VII - Despacho de aplicação da pena.

Art. 82 - O Auto de Infração será lavrado pela autoridade ambiental a que houver constatado, devendo conter:

I - O nome da pessoa física ou jurídica autuada e respectivo endereço;

II - Local, hora, e data da constatação da ocorrência;

III - Descrição da infração e menção ao dispositivo legal ou regulamentar transgredido;

IV - Penalidade a que está sujeita o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza a sua imposição;

V - Ciência do autuado de que responderá pelo fato em processo administrativo;

VI - Assinatura da autoridade competente;

VII - Assinatura do autuado ou na ausência ou recusa, de duas testemunhas e do atuante.

VIII - O prazo para recolhimento da multa, quando aplicada, será de 30 (trinta) dias, no caso de o infrator abdicar o direito de defesa;

IX - O prazo para interposição de recurso será de 10 (dez) dias;

X - Os recursos deverão ser encaminhados em primeira instância ao Diretor(a) do Departamento de Meio Ambiente, em seguida a Sr. Prefeito Municipal e, em terceira instância ao Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMA.

Art. 83 - Os servidores ficam responsáveis pelas declarações que fizerem nos Autos de infrações.

Art. 84 - A notificação do infrator, dar-se-á:

I - Pessoalmente;

II - Pelos Correios, via A. R. (Aviso de Recebimento);

III - Por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido.

§ 1º - Se o infrator for notificado pessoalmente e se recusar a exarar ciência, devera essa circunstância ser mencionada expressamente pela autoridade que efetuou a notificação.

mlh.



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

§ 2º - O edital referido no inciso III deste artigo, será publicado no Diário Oficial do Município, em jornal de circulação, considerando-se efetivada a notificação 15 (quinze) dias após a publicação.

Art. 85 - Apresentada ou não a defesa, ultimada a instrução do processo e uma vez esgotados os prazos para recurso, a autoridade ambiental proferirá a decisão final, dando o processo por concluso, notificando o infrator.

Art. 86 - Mantida a decisão condenatória total ou parcial, caberá recursos para o Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMA, no prazo de 10 (dez) dias da ciência ou publicação.

Art. 87 - Os recursos interpostos das decisões não definitivas terão efeitos suspensivos relativos ao pagamento de penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente.

Art. 88 - Quando aplicada a pena de multa, esgotados os recursos administrativos, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de recebimento, recolhendo o respectivo valor ao Tesouro Municipal.

§ 1º - O valor estipulado da pena de multa cominado no Auto de Infração, será corrigido pelos índices oficiais vigentes por ocasião da intimação para o seu pagamento.

§ 2º - O não recolhimento da multa, dentro do prazo fixado neste artigo, implicará na sua inscrição em dívida ativa municipal.

CAPÍTULO III DAS PENALIDADES

Art. 89 - A pessoa física ou jurídica de direito público ou privado que infringir qualquer dispositivo desta lei, seus regulamentos e demais normas dela decorrentes, fica sujeito às seguintes penalidades, independente da reparação do dano ou de outras sanções civis ou penais.

I - Advertência por escrito, em que o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas nesta lei;

II - Multa de 01 (um) a 100.000 (cem mil) – Unidades Fiscais de Referência do Estado do Piauí- UFR's – PI.

III - Suspensão de atividades, a até correção das irregularidades, salvo os casos reservados a competência da União;

IV - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo município;



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

V - Apreensão do produto;

VI - Embargo da obra;

VII - Cassação do alvará e licença concedidos, a ser executada pelos órgãos competentes do Executivo Municipal.

§ 1º - As penalidades previstas neste artigo serão objeto de especificação em regulamento de forma a compatibilizar penalidades com a infração cometida, levando-se em consideração sua natureza, gravidade e consequência para a coletividade podendo ser aplicada a um mesmo infrator, isolada ou cumulativamente.

§ 2º - Nos casos de reincidência, as multas, a critério do Departamento de Meio Ambiente, poderão ser aplicadas por dia ou em dobro.

§ 3º Será reincidente aquele que cometer o mesmo tipo de infração no período de 12 (doze) meses.

§ 4º - As penalidades aplicadas no âmbito municipal, não impedem que possam também ser aplicadas nos âmbitos federal e/ou estadual.

§ 5º - Poderão ser aplicadas, complementarmente, os dispositivos de legislações estadual e federal referentes à autuação de infrações ambientais.

Art. 90 - A pena de multa consiste no pagamento do valor correspondente:

I - Nas infrações leves, de 01 (uma) a 100 (cem) UFR's - PI;

II - Nas infrações graves, de 101 (cento e uma) a 1.000 (mil) UFR's - PI;

III - Nas infrações muito graves, de 1.001 (mil e uma) a 10.000 (dez mil) UFR's - PI;

IV - Nas infrações gravíssimas, de 10.001 (dez mil e uma) a 100.000 (cem mil) UFR's - PI.

Parágrafo único - Cumpridas as obrigações assumidas pelo infrator, a multa poderá ter uma redução de até 80% (oitenta por cento) do seu valor original.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 91 - O Poder Executivo fica autorizado a regulamentar esta Lei, desde a sua publicação, quando julgar pertinente, respeitadas às competências do Departamento de Meio Ambiente, do Conselho Municipal de Meio Ambiente e dos demais órgãos e entidades.

Parágrafo único: Em especial, e prioritariamente, as matérias que carecem de regulamentação e foram expressamente dispostas nessa Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Art. 92 - Ao Departamento de Meio Ambiente, é autorizado expedir normas técnicas, padrões e critérios, sob aprovação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, destinados a complementar esta Lei e Regulamentos.

Art. 93 - Adotar-se-á as normas e regulamentações estaduais e federais, desde que em consonância com esta Lei, enquanto o CONSEMA não se manifestar no que lhe é de competência normativa.

Art. 94 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 95 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Morro do Chapéu do Piauí-PI, aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um (14/05/2021)


MARCOS HENRIQUE FORTES REBELO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

JUSTIFICATIVAS AMPLIADAS

SENHOR PRESIDENTE

SENHORES VEREADORES

Encaminhamos, para apoiar a apreciação e aprovação pelo Colendo Poder Legislativo, justificativas ampliadas acerca do Projeto de Lei, que **DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, INSTITUI O CONSELHO GESTOR, O FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Como destacado anteriormente, o encaminhamento do Projeto de Lei que dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente, se dá devido à necessidade de que sejam promovidas um conjunto de ações que tenham como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, essencial para assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico e à proteção da dignidade da vida humana.

Veja-se que o objetivo primeiro da Política Municipal de Meio Ambiente é focado na compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.

A aprovação deste Projeto de Lei é, portanto, o primeiro passo, para que de forma coletiva, toda a sociedade venha a desenvolver ações e estratégias articuladas com a preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida.

Destaca-se, ainda, que o Projeto de Lei cria todo um Sistema Municipal de Meio Ambiente, composto pelos órgãos e pelas entidades do Município, responsáveis pela proteção e



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

pelo fomento de políticas públicas destinadas a melhoria do meio ambiente, os quais encontram esteio na Lei Federal Nº 6.938/81 e na Lei Estadual Nº 4.854/96.

Além do mais, instrumentaliza a maneira pela qual serão desenvolvidas estas políticas, demonstrando, para tanto, os instrumentos que, concomitantemente, possibilitarão o estabelecimento de um padrão de qualidade do meio ambiente.

O que temos testemunhado, recentemente, são diversas ações que em nada contribuem para a preservação do meio ambiente. Muito pelo contrário, percebemos um aumento desenfreado nos índices de danos ambientais. Nesse sentido, o Município necessita urgentemente articular e integrar ações de conservação e defesa ao meio ambiente.

Diante do exposto e com base nas justificativas acima descritas, esta é a proposta que submeto à apreciação da Vossa Excelência e demais pares, para qual solicito seja a matéria apreciada em regime de urgência, e que se proceda à aprovação.

Gabinete do Prefeito de Morro do Chapéu do Piauí, em ____ de Abril de 2021.


MARCOS HENRIQUE FORTES REBELO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO

Torna-se exigível, o estudo da Estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro, diante das disposições previstas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, em especial nos seus arts. 16 e 17. Sua finalidade demonstrar-se-ia na exposição do impacto orçamentário-financeiro que a aplicação das medidas preceituadas neste projeto acarretaria.

Entretanto, apesar da disciplina legal supracitada, há de se reiterar que o devido impacto, e ainda seu estudo, resta-se inexpressivo. Isto porque o projeto de lei em questão não gera ônus financeiro ao Município, visto que em face do conteúdo material abordado aquele, constata-se sua presença no rol de temas de inevitável regulamentação pelo Município.

Não fosse isso suficiente para o estudo do impacto ser dito dispensável, também convém ressaltar a atual situação de constantes restrições orçamentárias, em virtude do contexto da pandemia de COVID-19. O exposto, assim, torna claro a necessidade de o Município de efetivar as medidas do projeto, pertinentes ao Selo Ecológico, na expectativa de angariar incrementos na receita a qual é fundamental para uma gestão qualificada.

Gabinete do Prefeito de Morro do Chapéu do Piauí, em de Abril de 2021.


MARCOS HENRIQUE FORTES REBELO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

LEI N.231/2021, DE 14 DE MAIO DE 2021.

Dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente, institui o Conselho Gestor, o Fundo Municipal de Meio Ambiente, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Morro do Chapéu do Piauí, Estado do Piauí, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Constituição Estadual e Constituição Federal do Brasil, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e promulguei a seguinte lei:

TÍTULO I DA POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º - A Política de Meio Ambiente do Município de Morro do Chapéu do Piauí, respeitadas as competências conferidas à União e ao Estado, tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, essencial para assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

- I – Ações de defesa para a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- II – Compatibilização com as políticas de meio ambiente implementadas pela União e pelo Estado;
- III - Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- IV – Fomento ao planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- V - Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- VI - Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

VII - Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VIII - Acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

IX - Recuperação de áreas degradadas;

X - Proteção de áreas ameaçadas de degradação;

XI - Educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

XII - Fiscalização e reflorestamento das áreas de preservação permanente;

CAPÍTULO II

OBJETIVOS

Art. 2º - São objetivos da Política Municipal de Meio Ambiente:

I – A compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II – A definição de áreas prioritárias para a realização de ações relativas à qualidade e ao equilíbrio ecológico;

III - O estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais, respeitadas às competências da União e do Estado;

IV - O desenvolvimento contínuo de pesquisas e de tecnologias orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

V - A difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI - A preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

VII - A imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

TÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

cert.



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA

Art. 3º - O Sistema Municipal de Meio Ambiente será composto pelos órgãos e pelas entidades do Município, responsáveis pela proteção e pelo fomento de políticas públicas destinadas a melhoria do meio ambiente. Assim, será estruturado da seguinte maneira:

- I – Órgão executivo municipal: Departamento de Meio Ambiente;
- II – Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMA;
- III – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.

CAPÍTULO II DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Art. 4º - O Departamento de Meio Ambiente, integrante da Secretaria Municipal de Administração, fica instituído como órgão de coordenação, controle e execução da Política Municipal do Meio Ambiente e integrante da estrutura de organização do Município e do SISNAMA, com as seguintes atribuições:

- I - Executar e fazer cumprir a Política Municipal de Meio Ambiente;
- II – Dar apoio técnico, administrativo e financeiro ao CONSEMA;
- III - Executar e fazer cumprir, em âmbito municipal, as Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente e demais políticas nacionais e estaduais que possuam relação com a proteção do meio ambiente;
- IV – Criar, implantar e coordenar o Cadastro Técnico Municipal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais;
- V - Promover a educação ambiental formal e informal por meio de programas, projetos e ações desenvolvidas nas escolas, em comunidades, para os docentes, gestores, e demais segmentos da sociedade, para estimular a participação na proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;
- VI – Propor a criação e gerenciar unidades de conservação ambiental, implantando e implementando os planos de manejo;
- VII – Exercer o controle, o monitoramento e a avaliação dos recursos ambientais e naturais do Município no âmbito de suas atribuições;

mtk



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

VIII - Controlar as atividades públicas e privadas potencialmente causadoras do desequilíbrio ambiental;

IX - Participar do planejamento das demais políticas públicas do Município, especialmente as de saúde, educação, desenvolvimento econômico e urbano, saneamento básico e transportes;

X - Acompanhar as ações dos órgãos integrantes do Sistema Municipal de Meio Ambiente;

XI - Apoiar as ações das organizações da sociedade civil que desenvolvam projetos de preservação, conservação e controle da qualidade do meio ambiente;

XII - Exercer a vigilância ambiental e o Poder de Polícia.

XIII - Atuar em caráter permanente adotando medidas que promovam a recuperação de áreas e recursos naturais poluídos ou degradados;

XIV - Exigir que os responsáveis pela promoção de atividades potencial ou efetivamente poluidoras, adotem medidas mitigadoras, compensatórias e de recuperação dos impactos ao meio ambiente;

XV - Observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas em Lei, aprovar a realização de atividades relacionadas à manutenção, recuperação e preservação dos recursos hídricos identificando, analisando e tomando providências quanto aos impactos sobre os mesmos;

XVI - Atuar em atividades relacionadas com o gerenciamento de resíduos sólidos;

XVII - Fomentar a redução do índice de desmatamento no Município;

Parágrafo único: O rol é meramente exemplificativo, sendo que o Departamento de Meio Ambiente deve exercer outras atividades, compatíveis com sua esfera de competência, que lhe forem delegadas.

Art. 5º - Estará sob o controle do Departamento de Meio Ambiente, as atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços e outras fontes de quaisquer naturezas que produzam ou possam produzir alterações adversas às características do meio ambiente.

Parágrafo único: As atividades previstas no caput, que necessitam de licenciamento, dependem de prévia autorização do Departamento de Meio Ambiente.

Art. 6º - A estrutura organizacional administrativa do Departamento de Meio Ambiente será formada por:



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

- I – Diretor(a) do Departamento;
- II - Coordenação de Controle e Fiscalização Ambiental com as atribuições relacionadas à Fiscalização, Licenciamento e Guarda Ambiental;
- II - Coordenação de Gestão de Recursos Naturais com as atribuições relacionadas ao Zoneamento Ambiental, Gestão das Unidades de Conservação, Cadastramento dos Usuários de Recursos Hídricos e Viveiro Municipal;
- III – Coordenação de Gestão de Educação Ambiental com as atribuições relacionadas à Educação Formal e Informal;
- IV – Assessoria Técnica.

Parágrafo único: No prazo de 15 dias, contados da data de publicação desta lei, o Chefe do Executivo Municipal, por meio de decreto municipal, detalhará a estrutura de organização das coordenadorias e funções organizacionais internas do Departamento de Meio Ambiente, via cessão de servidores e/ou transformação de cargos anteriormente existentes na administração municipal, a fim de estruturar minimamente a prestação de serviços necessários.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 7º - Fica criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente do Município de Morro do Chapéu do Piauí - CONSEMA, que possui como atribuições assessorar, estudar e propor as diretrizes governamentais para o meio ambiente, e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre os recursos e processos administrativos, normas e padrões relativos ao meio ambiente.

Art. 8º - Compete ao Conselho Municipal de Meio Ambiente:

- I – Propor diretrizes para a Política Municipal de Meio Ambiente;
- II - Colaborar nos estudos e elaboração dos planejamentos, planos, programas e ações de desenvolvimento municipal e em projetos de lei sobre parcelamento, uso e ocupação do solo, plano diretor e ampliação de área urbana;
- III - Propor o mapeamento das áreas críticas e a identificação de onde se encontram obras ou atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras;
- IV - Avaliar, definir, propor e estabelecer normas (técnicas e legais), critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional

mtz



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

dos recursos ambientais, de acordo com a legislação pertinente, supletivamente ao Estado e à União;

V - Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental do município;

VI - Propor e acompanhar os programas de educação ambiental;

VII - Promover e colaborar em campanhas educacionais e na execução de um programa de formação e mobilização ambiental;

VIII - Manter intercâmbio com as entidades públicas e privadas de pesquisa e atuação na proteção do meio ambiente;

IX - Identificar e comunicar aos órgãos competentes as agressões ambientais ocorridas nos municípios, sugerindo soluções reparadoras;

X - Assessorar os consórcios intermunicipais de proteção ambiental;

XI - Convocar as audiências públicas nos termos da legislação;

XII - Propor a recuperação dos recursos hídricos e das matas ciliares;

XII - Proteger o patrimônio histórico, estético, arqueológico, paleontológico e paisagístico;

XIII - Exigir, para a exploração dos recursos ambientais, prévia autorização mediante análise de estudos ambientais;

XIV - Deliberar sobre qualquer matéria concernente às questões ambientais dentro do território municipal e acionar, quando necessário, os organismos federais e estaduais para a implantação das medidas pertinentes à proteção ambiental local;

XV - Analisar e relatar sobre os possíveis casos de degradação e poluição ambientais que ocorram dentro do território municipal, diligenciando no sentido de sua apuração e, sugerir ao Prefeito as providências que julgar necessárias;

XVI - Incentivar a parceria do Poder Público com os segmentos privados para gerar eficácia no cumprimento da legislação ambiental;

XVII - Deliberar sobre a coleta, seleção, armazenamento, tratamento e eliminação dos resíduos domiciliares, industriais, hospitalares e de embalagens de fertilizantes e agrotóxicos no município, bem como a destinação final de seus efluentes em mananciais;

XVIII - Sugerir vetos a projetos inconvenientes ou nocivos à qualidade do meio ambiente;

Handwritten signature in blue ink.



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

XIX - Cumprir e fazer cumprir as leis, normas e diretrizes municipais, estaduais e federais de proteção ambiental;

XX - Zelar pela divulgação das leis, normas, diretrizes, dados e informações ambientais inerentes ao patrimônio natural, cultural e artificial municipal;

XXI - Deliberar sobre o licenciamento ambiental na fase prévia, instalação, operação e ampliação de qualquer tipo de empreendimento que possa comprometer a qualidade do meio ambiente;

XXII - Recomendar restrições a atividades agrícolas ou industriais, rurais ou urbanas, capazes de prejudicar o meio ambiente;

XXIII - Decidir, em instância de recurso, sobre as multas e outras penalidades impostas pelo órgão municipal competente;

XXIV - Analisar anualmente o relatório de qualidade do meio ambiente municipal e emitir um parecer sobre.

XXV - Criar mecanismos que incentivem a organização da sociedade civil em cooperativas, associações e outras formas legais para democratizar a participação popular no Conselho de Defesa do Meio Ambiente;

XXVI - Gerir e participar das decisões sobre a aplicação dos recursos destinados ao Meio Ambiente, propondo critérios para a sua programação e avaliando os programas, projetos, convênios, contratos e quaisquer outros atos que serão subsidiados pelo mesmo;

XXVII – Acionar os organismos estaduais e federais, quando os problemas ambientais dentro do território municipal, ultrapassem sua área de competência ou exija medidas mais tecnológicas para se tornarem mais efetivas;

XXVIII - Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, assim como os ganhos sociais e de desempenho dos programas a serem tomadas.

XXIV - Elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Art. 9º - O Conselho Municipal de Meio Ambiente será constituído por conselheiros que formarão o colegiado, obedecendo-se à distribuição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil Organizada, num total de 7 (sete) conselheiros titulares, com igual número de suplentes, além do conselheiro presidente, que juntos formarão o plenário.

I – Representantes do Poder Público:

a) um presidente, que é o titular do Departamento de Meio Ambiente;



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

- b) um representante do Poder Legislativo Municipal designado pelos vereadores;
- c) um representante do órgão municipal de saúde pública e ou assistência social;
- d) um representante do órgão municipal da área de desenvolvimento econômico, agropecuário ou promoção do trabalho.

II – Representantes da Sociedade Civil:

- a) um representante de entidades religiosas;
- b) dois representantes de setores organizados da sociedade, tais como: Associação do Comércio, da Indústria, Clubes de Serviço, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e pessoas comprometidas com a questão ambiental;
- c) um representante de entidade civil criada com o objetivo de defesa dos interesses dos moradores e da qualidade do meio ambiente, com atuação no âmbito do município;

§ 1º - O Suplente deve ser oriundo da mesma categoria representativa do Conselheiro, para, quando for o caso, substituí-lo na plenária.

§ 2º - A estrutura do Conselho será composta por um presidente, colegiado e secretaria executiva, escolhidos dentre seus membros, conforme estabelecido em Regimento Interno.

§ 3º - O Presidente do CONSEMA exercerá seu direito de voto em casos de empate.

§ 4º - Os membros do CONSEMA e seus respectivos suplentes serão indicados pelas entidades que representam, e nomeados por ato do Prefeito Municipal, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, sendo considerado serviço relevante para o Município.

§ 5º - A indicação a que se refere o § 4º não se aplica ao Presidente, que é considerado membro nato da CONSEMA.

§ 6º - O Conselho Municipal poderá instituir, sempre que necessário, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse, e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

§ 7º - O exercício das funções de membros do Conselho será gratuito por se tratar de serviço de relevante interesse público.

Art. 10 - A Plenária reunir-se-á em caráter ordinário e extraordinário, como dispuser o Regimento Interno do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 11 - O Conselho, sempre que cientificado de possíveis agressões ambientais, observará as providências que julgar necessárias para retornar ao equilíbrio do meio ambiente.

mt



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Art. 12 - As sessões do Conselho serão públicas e os atos e documentos deverão ser amplamente divulgados.

Art. 13 - Em todas as sessões deverão ser redigidas Atas.

Art. 14 - Dentro do prazo máximo de trinta dias após sua instalação, o Conselho elaborará seu Regimento Interno.

Art. 15 - As demais normas de funcionamento do CONSEMA serão definidas por decreto regulamentar do Poder Executivo Municipal e pelo seu Regimento Interno.

TÍTULO III

DA APLICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I

DOS INSTRUMENTOS

Art. 16 - São instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente:

I – O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

II - O Fundo Municipal de Meio Ambiente;

III - A Educação Ambiental Formal e Informal;

IV - O Zoneamento Ambiental;

V – O licenciamento e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras;

VI - Os Planos de Manejo das Unidades de Conservação;

VII - A criação de unidades de conservação ambiental;

VIII - O Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras; de Recursos Ambientais e o Sistema e Informações Ambientais;

IX - A fiscalização ambiental às penalidades administrativas;

X - A instituição do relatório de qualidade ambiental do município;

CAPÍTULO II

DO FUNDO MUNICIPAL

Art. 17 - Fica criado o Fundo Municipal de Meio Ambiente para concentrar recursos destinados a projetos de interesse ambiental do Município de Morro do Chapéu do Piauí.

§ 1º - Constituem receitas do Fundo:

I - Dotações orçamentárias;

II – Arrecadação de multas previstas em lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

III - Contribuições, subvenções e auxílio da União, do Estado, do Municípios e de suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações;

IV - As resultantes de convênios, contratos e consórcios celebrados entre o Município e instituições públicas e privadas, cuja execução seja de competência do Departamento de Meio Ambiente, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos;

V - As resultantes de doações que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos e privados, nacionais e internacionais;

VI - Rendimentos de qualquer natureza que venham a auferir como remuneração decorrente de aplicação de seu patrimônio;

VII - Outros recursos que, por sua natureza, possam ser destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente;

§ 2º - O Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente será o gestor do Fundo Municipal, cabendo-lhe aplicar os recursos de acordo com o plano a ser aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

CAPÍTULO III

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 18 - O licenciamento ambiental municipal é o procedimento administrativo pelo qual o Departamento de Meio Ambiente licencia a localização, instalação, ampliação operação e regularização de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, considerado efetivas ou potencialmente poluidor ou, ainda, daquelas que, sob qualquer forma ou intensidade, possam causar degradação ambiental, ou que de alguma forma utilizem de recursos naturais ambientais considerando as disposições gerais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

§ 1º - Dependerá de prévio licenciamento do Departamento de Meio Ambiente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis, a localização, instalação, operação, ampliação de atividades potencialmente poluidoras e degradadoras do meio ambiente caracterizadas como de impacto local. As atividades consideradas de impacto ambiental ou hostilizadoras de recursos naturais já instaladas ou em operação serão regularizadas quando possível pelo Departamento de Meio Ambiente.

mt



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

§ 2º - O procedimento para o licenciamento ambiental assim como a listagem das atividades a serem licenciadas e demais regulamentações serão regidas por lei específica a ser aprovada.

Art. 19 - Compete à Departamento de Meio Ambiente o controle e o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local, ouvido, quando legalmente couber, os órgãos ambientais da esfera estadual e federal, bem como daquelas atividades cuja competência lhe forem formalmente delegadas por outros entes federativos.

§ 1º - As atividades de impacto local previstas no “caput” deste artigo são aquelas cujo impacto ambiental seja considerado restrito exclusivamente à área de circunscrição territorial do Município de Morro do Chapéu do Piauí.

§ 2º - Para que o procedimento do licenciamento ambiental possa ser concluído em prazo razoável, sem prejuízo da efetiva proteção ao meio ambiente, caberá ao Poder Executivo Municipal assegurar à Departamento de Meio Ambiente:

I – Disponibilidade de recursos humanos com capacidade técnica para atuar na área ambiental;

II – Disponibilidade de infraestrutura operacional adequada à concessão, fiscalização e acompanhamento das autorizações e licenciamentos ambientais.

§ 3º - Quando o licenciamento ambiental de um novo empreendimento se realizar por intermédio de órgão estadual ou federal, caberá ao Poder Público Municipal a verificação de conformidade com o que dispuser esta Lei acerca do uso e ocupação do solo do Município, expedindo declaração ao requerente no caso de se encontrar regular.

Art. 20 - O licenciamento ambiental das atividades e empreendimento potencialmente poluidores ou degradadores do meio ambiente conterà as seguintes modalidades de licença e autorização ambiental:

I – LMS - Licença Municipal Simplificada;

II – LMP - Licença Municipal Prévia;

III – LMI - Licença Municipal de Instalação;

IV – LMO - Licença Municipal de Operação;

V – LMA - Licença Municipal de Ampliação;

VI – LMR - Licença Municipal de Regularização;

VII – AMA - Autorização Municipal Ambiental;



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Parágrafo único - O Departamento de Meio Ambiente definirá, a posteriori, as modalidades de licença, por intermédio da lei específica a ser aprovada.

Art. 21 - As licenças ambientais poderão ser outorgadas de forma isolada, sucessiva ou cumulativamente, de acordo com a natureza, característica e fase da atividade ou serviço requerido do licenciamento.

Parágrafo único: O Departamento de Meio Ambiente estabelecerá de forma objetiva o procedimento adequado a cada atividade ou empreendimento, ressalvadas as peculiaridades verificadas na situação concreta que, fundamentadamente, exijam outras providências à sua regularização.

Art. 22 - No caso de irregularidades ligadas ao licenciamento, o empreendedor ficará sujeito a sanções e penalidades previstas nesta lei, inclusive a cassação da licença ambiental, observados a ampla defesa e o contraditório.

Art. 23 - O Poder Executivo Municipal regulamentará por meio de decreto o licenciamento ambiental e estabelecerá prazos para análises de projetos, procedimentos, emissão de licenças, prazo de validade das licenças emitidas e demais disposições.

CAPÍTULO IV DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 24 - A educação ambiental é vertente essencial à educação nacional, devendo estar presente e aplicada de maneira forma e não-formal. Visando, aos indivíduos e à coletividade, a estruturação de valores sociais refletidos na construção de conhecimento e habilidades em prol da conservação ambiental.

Art. 25 - É instituído o Plano Municipal de Educação Ambiental, respeitados os princípios e objetivos previstos nesta Lei e em legislação correlata, estadual e federal.

Parágrafo único: É dever do Município articular-se em prol da implantação e efetivação dos programas do Plano Municipal de Educação Ambiental, assegurado a caráter interinstitucional de suas ações.

Art. 26 - A Educação Ambiental será promovida, em caráter formal e informal:

I – Na rede municipal de ensino, pela Secretaria de Educação em articulação com o Departamento de Meio Ambiente, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo;



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

II – Aos demais segmentos da sociedade, com destaque aos meios de comunicação de massa, que possam atuar de maneira ativa na disseminação de informações, práticas ambientais e atividades desenvolvidas por órgãos e entidades do município;

III – Através do desenvolvimento de atividades técnicas junto às entidades e associações ambientalistas e específicas, existentes ou que venham a ser criadas com este objetivo.

§ 1º - Por educação ambiental formal, compreende-se a desenvolvida e efetivada no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas.

§ 2º - A educação ambiental informal objetiva articular e organizar a participação da coletividade em favor das questões ambientais, por meio da promoção de ações e práticas educativas.

Art. 27 - A educação ambiental é direito de todos.

TÍTULO IV

ÁREA DE INTERVENÇÃO

CAPÍTULO I

DO CONTROLE DE POLUIÇÃO

Art. 28 - O lançamento no meio ambiente de qualquer forma de matéria, energia, substância, em qualquer estado físico, prejudiciais ao ar, ao solo, à arborização ao subsolo, às águas, à fauna e à flora em geral, deverá obedecer às normas estabelecidas nesta Lei, visando reduzir previamente os efeitos:

I - Impróprios, Nocivos ou ofensivos à saúde;

II - Inconvenientes, inoportunos ou incômodos ao bem-estar público;

III - Danosos aos materiais;

IV - Prejudiciais ao uso, gozo e segurança da propriedade. Bem como ao funcionamento normal das atividades da coletividade;

CAPÍTULO II

DO AR E DAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 29 - Para os efeitos desta lei, considerar-se-á:

I – Poluição atmosférica: a degradação da qualidade da atmosfera resultante de atividades que direta ou indiretamente:



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
 - b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
 - e) afetem desfavoravelmente a biota;
 - d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do Meio Ambiente;
 - e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;
- II – Poluente atmosférico: qualquer forma de matéria sólida, líquida ou gasosa ou de energia que, presente na atmosfera, cause ou possa causar poluição atmosférica;
- III – Emissão: o lançamento na atmosfera de qualquer forma de matéria sólida, líquida ou gasosa, ou de energia, efetuado por uma fonte potencialmente poluidora do ar;
- IV – Fonte-área: qualquer processo natural ou artificial, estacionário ou não pontual, que libere ou emita matéria ou energia para a atmosfera;
- V – Fonte móvel: qualquer instalação, equipamento ou processo natural ou artificial em movimento, que libere ou emita matéria ou energia para a atmosfera;
- VI – Fonte pontual: qualquer instalação, equipamento ou processo natural ou artificial, estacionário, que libere ou emita matéria ou energia para a atmosfera de forma concentrada em ponto geográfico específico e bem delimitada em seu alcance;
- VII – Fonte potencialmente poluidora do ar: qualquer instalação, equipamento ou processo natural ou artificial que possa liberar ou emitir matéria ou energia para a atmosfera, de forma a causar poluição atmosférica;
- VIII – Limites de emissão: os valores de emissão permissíveis constantes na licença ambiental de fontes potencialmente poluidoras e que, no mínimo, atendam aos padrões de emissão;
- IX – Padrões de emissão: os limites máximos de emissão permissíveis de serem lançados na atmosfera por fontes potencialmente poluidoras;
- X – Padrão de qualidade do ar: o máximo valor permitido de um nível de concentração, em uma duração específica de tempo, estabelecido para um certo poluente na atmosfera, conforme definida nos termos desta lei.

SEÇÃO II

DO ESTABELECIMENTO DE PADRÕES DE QUALIDADE DO AR

Art. 30 - A utilização da atmosfera para o lançamento de qualquer tipo de matéria ou energia somente poderá ocorrer com a observância dos limites e padrões de emissão



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

estabelecidos, das condições e parâmetros de localização de implantação e de operação das fontes potenciais de poluição do ar;

Parágrafo único: As disposições do caput deste artigo aplicam-se tanto para as fontes providas de sistemas de ventilação ou de condução dos efluentes gasosos, quanto às emissões decorrentes da ação dos ventos, da circulação de veículos em vias e áreas não pavimentadas e aquelas situações o u emissões geradas por eventos acidentais

Art. 31 - Nenhuma fonte ou conjunto de fontes potencialmente poluidoras do ar poderá emitir matéria ou energia para a atmosfera em quantidades e condições que possam resultar em concentrações médias superiores aos Padrões de Qualidade do Ar estabelecidos

Art. 32 - Os padrões de qualidade do ar a serem observados no Município de Morro do Chapéu do Piauí serão estabelecidos pelo Departamento de Meio Ambiente, ou ainda por decreto, observadas as sugestões encaminhadas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

§ 1º Os padrões de qualidade do ar a serem estabelecidos deverão estar em conformidade com aqueles fixados pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, ou ao menos, contemplá-lo em alguns aspectos.

§ 2º O Município poderá adotar padrões mais restritivos, por decreto, em casos de emergência e sob aprovação do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMA.

CAPÍTULO II

DAS EMISSÕES SONORAS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 33 - Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – Som e ruído: toda e qualquer vibração acústica capaz de provocar nas pessoas sensações auditivas;

II – Poluição sonora: qualquer alteração das propriedades físicas do meio ambiente provocada por sons e ruídos com frequência, intensidade e duração que causam sensação sonora indesejável de incomodo, aborrecimento e irritação, com afetação, direta ou indiretamente, à saúde, ao sossego e ao bem-estar da coletividade;

III – Zonas sensíveis: áreas territoriais que abrigam hospitais, casas de saúde, escolas, bibliotecas, creches e teatros e similares, em um raio de duzentos (200) metros;



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

IV – Zonas mistas: áreas territoriais que abrigam residências, centros comerciais, administrativos, industriais e assemelhados;

V - Horário diurno: o período compreendido das 7:01 às 13:00horas; horário vespertino: o período compreendido das 19:01 às 22:00horas; e horário noturno: o período compreendido das 22:01 às 7:00horas;

VI – Decibel (dB): unidade de intensidade física relativa do som;

VII – Nível de som ou acústico dB(A): intensidade do som medida na curva de ponderação a, estabelecida na ABNT NBR 10151:2019, pela Associação Brasileira de normas Técnicas;

VIII – Decibelímetro: aparelho utilizado para medir o nível de som;

IX - Veículos de som: veículo automotor ou não, de pequeno e meio porte, utilizados para a instalação de sistema sonoro, sobretudo com amplificadores e alto-falantes potentes, conjugados ou não com aparelhos de fonte de energia elétrica que transforma corrente de 220v em 12v, para alimentação do sistema sonoro;

X – Banda de música ou fanfarra: conjunto de músicos que utilizam exclusivamente instrumentos de sopro, metal e percussão para acompanhar manifestações populares em festividades típicas carnavalescas, religiosas, esportivas, comemorações oficiais, passeatas e cortejos civis em geral;

XI – banda musical: conjunto de músicos que utilizam instrumentos de sopro, metal, percussão, corda, teclado e voz conjugados, sobretudo com equipamentos eletrônicos, amplificadores e caixas acústicas com alto falantes de alta potência, para animar festas shows em geral;

XII – trio elétrico; veículo automotor ou não, de grande porte, utilizado para instalação de sistema de som com os instrumentos e equipamentos eletrônicos e para o mesmo fim de que trata o inciso antecedente;

XIII – ponta de energia ou ponta de luz; qualquer tomada com carga e corrente elétrica de 220v ou 110v, instalada em estabelecimento comercial ou não;

XIV- estabelecimento de pequeno porte: aquele em que a atividade é exercida em área ou espaço fechado ou não, coberto ou não, com no máximo 150 (cento e cinquenta) metros quadrados.



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Art. 34 - O controle da emissão de ruídos dentro do Município de Morro do Chapéu do Piauí visa a garantir o sossego e bem-estar público, evitando sua perturbação por emissões excessivas ou incômodas de sons de qualquer natureza ou que contrariem os níveis máximos fixados em leis federais, estaduais e municipais.

Art. 35 - Considera-se poluição sonora a emissão de sons, ruídos e vibrações em decorrência de atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, de lazer, domésticas, sociais, de trânsito e de obras públicas ou privadas que causem desconforto ou que direta ou indiretamente sejam ofensivas à saúde, à segurança e ao bem estar da coletividade ou, simplesmente, excedam os limites estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito-CONTRAN, Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, pelas resoluções do CONAMA e demais dispositivos legais em vigor, no interesse da saúde, da segurança e do sossego público.

SEÇÃO II

DOS NÍVEIS MÁXIMOS DE SONS E RUÍDOS

Art. 36 - Para os efeitos desta Lei, os níveis máximos de sons e ruídos, de qualquer fonte emissora e natureza, em empreendimentos ou atividades residenciais, comerciais, de serviços, institucionais, industriais ou especiais, públicas ou privadas assim como em veículos automotores obedecerão aos seguintes níveis conforme as zonas:

I – Nas Zonas Sensíveis:

a) 45dB (cinquenta e cinco decibéis) diurno;

II – Nas Zonas Residenciais:

b) 55dB (cinquenta decibéis) vespertino;

c) 45dB (quarenta e cinco decibéis) noturno.

III – Nas Zonas Mistas:

a) 65 dB (sessenta decibéis) diurno;

b) 50 dB (cinquenta decibéis) vespertino;

c) 55dB (cinquenta e cinco decibéis) noturno.

IV – Nas Zonas Industriais:

a) 60dBA (sessenta decibéis) diurno;

b) 60dBA (sessenta decibéis) vespertino;

c) 62dBA (sessenta e dois decibéis) noturno.



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Art. 37 - Não estão sujeitos às proibições e restrições previstas nesta Lei, os sons produzidos pelas seguintes fontes:

I – Sirenes de ambulância de emergência vinculadas a estabelecimento ou órgãos ligados à saúde, e de viaturas do sistema de segurança pública quando em serviço de socorro ou de policiamento;

II – Apitos ou silvos de guardas civis ou policiais quando em serviços de vigilância e ronda em logradouro público;

III – Detonações de explosivos empregados na arrebentação de pedreiras, rochas ou em demolições, desde que ouve horários e com carga previamente autorizada pelo órgão competente do Executivo Municipal;

IV – Os sinos de igrejas ou templos religiosos exclusivamente para indicar as horas ou anunciar a realização de atos, cerimônias ou cultos religiosos;

V – Bandas de músicos ou fanfarras, quando utilizadas para animar manifestações populares nas festividades típicas religiosas, juninas e carnavalesca, passeatas e desfiles, comemorações oficiais ou reuniões desportivas, realizadas nas circunstâncias consagradas pela tradição e costume em local e horários previamente autorizados pelo órgão competente do Executivo Municipal;

VI – Pregações, orações, hinos e cânticos religiosos proferidos através de sistema de som com amplificadores e alto-falantes ou não, exclusivamente quando em caminhadas, passeatas, cortejos e procissões tradicionais de igrejas ou templos religiosos;

VII – Máquinas e equipamentos ou aparelho de alarme eletrônico que por possuir dispositivo especial para partida automática ou dispara através de sensores impossibilita o controle e diminuição dos sons e ruídos emitidos nos níveis máximos previstos nesta Lei, desde que a emissão ocorra em intervalos não inferior a quarenta minutos e com duração acima de dez segundos.

CAPÍTULO III DA POLUIÇÃO VISUAL

Art. 38 - Para os efeitos desta lei, considerar-se-á paisagem urbana:

I – O espaço aéreo;

II – A superfície externa de qualquer elemento natural ou construído, tais como água, fauna, flora, construções, anteparos, superfícies aparentes de equipamentos de infraestrutura, de



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

segurança e de veículos automotores, anúncios de qualquer natureza, elementos de sinalização urbana, de informação e de logradouros públicos, visíveis por qualquer observador situado em áreas de uso comum do Município

Art. 39 - São diretrizes a serem observadas na colocação dos elementos que compõem a paisagem urbana:

- I - o livre acesso de pessoas e bens à infraestrutura urbana;
- II - a priorização da sinalização de interesse público visando a não confundir motoristas na condução de veículos e garantir a livre e segura locomoção de pedestres;
- III - o combate à poluição visual, bem como à degradação ambiental;
- IV - a proteção, preservação e recuperação do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico, de consagração popular, bem como do meio ambiente natural ou construído da cidade;

Art. 40 - É considerada poluição visual qualquer limitação à visualização pública de paisagem urbana, sujeitando o agente, a obra, o empreendimento ou a atividade ao controle ambiental, aos termos desta Lei, seus regulamentos e normas decorrentes.

Art. 41 - Fica proibido, portanto, anúncios a serem instalados:

- I - Nos leitos dos rios e cursos d'água, reservatórios, lagos e represas, conforme legislação específica;
- II - Nas vias, parques, praças e outros logradouros públicos, salvo os anúncios de cooperação entre o Poder Público e a iniciativa privada;
- III - Nos imóveis situados nas zonas de uso estritamente residenciais, salvo os anúncios indicativos nos imóveis regulares;
- IV - Em postes de iluminação pública ou de rede de telefonia, inclusive cabines e telefones públicos, conforme autorização específica, exceção feita ao mobiliário urbano nos pontos permitidos pela Prefeitura;
- V - Em torres ou postes de transmissão de energia elétrica;
- VI - Em faixas ou placas das sinalização de trânsito;
- VII - Nos bens de uso comum do povo a uma distância inferior a 30,00m (trinta metros) de obras públicas de relevância, bem como de seus respectivos acessos;
- VIII - Nos muros e paredes de lotes públicos ou privados, edificadas ou não;
- IX - Nas árvores de qualquer porte;



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Art. 42. É proibido ainda, anúncios na paisagem urbana que:

- I - Reduza, ainda que parcialmente, a visibilidade de bens tombados;
- II - Prejudique a estrutura, a insolação ou a aeração da edificação em que estiver instalado ou as edificações vizinhas;

CAPÍTULO IV

DO SOLO

SEÇÃO I

DO USO E OCUPAÇÃO

Art. 43 - A disciplina do ordenamento do uso e da ocupação do solo tem por objetivos específicos:

- I – Garantir o ordenamento do solo, estimulando o adensamento sustentável;
- II – Promover a renovação urbana em áreas centrais degradadas, por meio de novas ocupações, com empreendimentos que levem ao adensamento e a intensificação dos usos dessas áreas, incorporando o desenho urbano ao processo de planejamento;
- III – Fomentar a multiplicidade dos usos, mediante a densificação e diversificação das funções do ambiente construído, potencializando a atividade econômica e habitacional, favorecendo deslocamentos curtos e mantendo o espaço vital da cidade;
- IV – Promover a proteção ambiental e a recuperação dos remanescentes do bioma local protegidos por lei e que cumpram relevante função ecológica.
- V – A aproximação do emprego e dos serviços urbanos à moradia;
- VI – A promoção da habitação de interesse social de forma integrada aos bairros e nos territórios com oferta de serviços públicos e empregos;

Art. 44 - Entende-se zoneamento pela forma de divisão municipal que visa, a cada região, uma melhor utilização em função do sistema viário, da topografia e da infraestrutura existentes, através da criação de zonas, bairros e setores de uso e ocupação do solo.

Parágrafo único. As zonas, bairros e setores serão delimitados e discriminados em ato legal, a posteriori, mediante estudos e pareceres técnicos de maneira a fundamentarem suas definições.

Art. 45 - Para os efeitos desta Lei, de interpretação e aplicação, o território do Município de Morro do Chapéu do Piauí compreende:



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

I – Perímetro urbano, com todas as construções residenciais e comerciais inseridas nos bairros da cidade;

II – Limites do Perímetro Urbano e Rural, que é a divisão entre a área urbana e a área rural, nos parâmetros do ponto final de cada bairro;

III – Perímetro urbano nos centros comunitários, os centros das comunidades que possuem estruturas urbanísticas como pavimentação poliédrica, água, energia, escolas e posto de saúde;

IV – Setores urbanos, as áreas urbanas ainda em desenvolvimento, que se extremam com estradas, podem ser de produção comercial, institucional e/ou área familiar;

V – Zona Rural, as áreas do Município não inseridas nos perímetros urbanos.

Art. 46 - Na análise de projetos de ocupação, uso e parcelamento do solo, o Departamento de Meio Ambiente deverá manifestar-se em relação aos aspectos de proteção do solo, da Fauna, da cobertura vegetal e das águas superficiais, subterrâneas, fluentes, emergentes e reservadas, sempre que os projetos:

I – Tenham interferência sobre reservas de áreas verdes, e proteção de interesses paisagísticos e ecológicos;

II – Exijam sistemas especiais de abastecimento de água, coleta, tratamento e disposição final de esgotos e resíduos sólidos;

III – Apresentem problemas relacionados à viabilidade geotécnica;

Parágrafo único. O Departamento de Meio Ambiente deverá emitir parecer técnico por ocasião de implantação de novos loteamentos.

Art. 47 - A proteção do solo no município visa:

I – Garantir o uso sustentável do solo, substrato natural dos ecossistemas existentes no Município e das atividades rurais;

II – Garantir a utilização do solo cultivável, por intermédio adequado planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologias e manejos;

III – Priorizar o controle da erosão, a contenção de encostas e o reflorestamento das áreas degradadas;

IV – Priorizar a utilização de controle biológico de pragas;

V – Garantir a conservação do solo em áreas com cobertura de vegetação nativa.

mlh -



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

SEÇÃO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 48 - Fica criado e disciplinado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, como órgão consultivo e de assessoramento ao Prefeito Municipal, integrante do Departamento de Meio Ambiente.

Art. 49 - Dentre as competências do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, destaca-se:

I – Fomentar a participação da sociedade nas diversas discussões relativas às diretrizes acerca da temática;

II – Opinar sobre planos e programas de revitalização, de renovação e de desenvolvimento sustentável para o Município;

III – Analisar, antes do seu envio à Câmara Municipal, as propostas de alteração do Plano da legislação de uso e ocupação do solo, bem como de seus desdobramentos legais;

IV – Acompanhar a implementação dos instrumentos urbanísticos de preservação e renovação urbana;

V – Apresentar propostas e opinar, anualmente, sobre a programação do Fundo de Desenvolvimento Urbano, assim como avaliar e acompanhar sua gestão econômica;

VI – Constituir grupos técnicos e comissões especiais, quando julgar necessário para o desempenho de suas funções;

VII – Elaborar e aprovar seu regimento interno.

Art. 50 - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano será constituído por representantes da sociedade civil e do Poder Público, com seus respectivos suplentes, a serem especificados em decreto regulamentar editado pelo poder executivo.

Art. 51 - O exercício das funções de membro do Conselho não será remunerado; possuindo, porém, caráter de relevante interesse público.

Art. 52 - O Departamento de Meio Ambiente prestará ao Conselho o necessário suporte técnico-administrativo e financeiro, quando necessário, sem prejuízo da colaboração dos demais órgãos ou entidades nele representados, para a consecução de seus fins.



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Art. 53 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão pelas dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

CAPÍTULO V

DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 54 - As medidas referentes ao saneamento básico essenciais à proteção do meio ambiente e à saúde pública constituem obrigação do Poder Público, cabendo-lhe a elaboração da sua política municipal de saneamento e dos planos municipais de resíduos sólidos, esgotamento sanitário e drenagem no exercício da sua atividade cumprindo as determinações legais, em especial a Lei Federal Nº 11.445 de 2007.

Art. 55 - Os serviços de saneamento básico, tais como os sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de limpeza pública, de drenagem, de coleta e de destinação final de resíduos sólidos, operados por órgãos e entidades de qualquer natureza, estão sujeitos ao monitoramento da SEMAM, sem prejuízo daquele exercido por outros órgãos competentes, observado o disposto no seu regulamento e nas normas técnicas federais e estaduais correlatas.

Parágrafo único. A construção, reconstrução, ampliação e operação de sistemas de saneamento básico deverão ter seus respectivos projetos aprovados previamente pela SEMAM.

Art. 56 - É dever do Poder Executivo do Município de Morro do Chapéu do Piauí a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, visando fundamentar, regulamentar e orientar a proposição e execução de políticas públicas do município;

Art. 57 - A elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser orientada pelo:

I – Estabelecimento de ações preventivas na gestão dos recursos hídricos, por meio das atividades de drenagem urbana, disposição final de resíduos sólidos e líquidos e preservação de áreas de mananciais e proteção ambiental;

II – Integração das políticas, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, recursos hídricos, desenvolvimento urbano, habitação, uso e ocupação do solo;

III – Utilização dos indicadores sanitários, epidemiológicos e ambientais como parâmetros do nível de qualidade de vida da população e como norteadores das ações de saneamento;

IV – Incentivo a atividades de educação ambiental sanitária, com ênfase em saneamento.

mlh.



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Parágrafo único. O Plano Municipal de Saneamento será encaminhado para ciência do Poder Legislativo.

CAPÍTULO VI DA FAUNA E DA FLORA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 58 - Compete ao Poder Executivo Municipal:

I – Proteger a fauna e a flora, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica ou que submetam os animais à crueldade; provoquem extinção das espécies, estimulando e promovendo o reflorestamento, preferencialmente com espécies nativas, em áreas degradadas de interesse ecológico;

II – Preservar as espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção, que ocorrem em ecossistemas naturais;

III – A introdução e reintrodução de exemplares da fauna e da flora em ambientes naturais de interesse local e áreas reconstituídas, devendo ser efetuada com base em dados técnicos e científicos e com a devida autorização ou licença ambiental de órgão competente;

IV – Adotar medidas de proteção de espécies da fauna nativas ameaçadas de extinção;

V – Garantir a elaboração de inventários e censos florísticos periódicos.

SEÇÃO II DA FAUNA

Art. 59 - As espécies animais nativas, bem como as migratórias, em qualquer fase de seu desenvolvimento, seus ninhos, abrigos, criadouros naturais, habitats e ecossistemas necessários à sua sobrevivência são bens públicos de uso restrito, sendo sua utilização a qualquer título estabelecida pela presente Lei.

Art. 60 - A política sobre a fauna silvestre do Município tem por finalidade seu uso adequado e racional, com base nos conhecimentos técnico-científicos da área, visando à melhoria da qualidade de vida da sociedade e compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a preservação ambiental e do equilíbrio ecológico.

Art. 61 - É proibido utilizar, perseguir, destruir, caçar, pescar, apanhar, capturar, coletar, exterminar, mutilar e manter em cativeiro, ou em semicativeiro, exemplares da fauna silvestre,



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

por meios diretos ou indiretos, bem como o seu comércio e de seus produtos e subprodutos, sem a devida licença ou autorização do órgão competente, ou em desacordo com a obtida.

§ 1º - Fica proibida a posse, a manutenção em cativeiro e/ou a utilização de animais silvestres, exóticos, domesticados ou não, em espetáculos circenses ou semelhantes.

§ 2º - A apanha de animais da fauna só é permitida, segundo o controle e critérios técnico- científicos estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Art. 62 - Deverão ser estimuladas as ações para a reintrodução de animais silvestres regionais em segmentos de ecossistemas naturais existentes no Município, de maneira especial nas Unidades de Conservação; mediante autorização do órgão ambiental competente, após estudos sobre o ecossistema local e a compatibilidade com as áreas urbanas.

Art. 63 - É proibido o abandono de qualquer espécime da fauna silvestre, ou exótica, domesticada ou não, e de animais domésticos ou de estimação nos parques urbanos, praças, áreas de preservação permanente e demais logradouros públicos municipais.

Art. 64 - É proibida a entrada de animal doméstico em unidades de conservação municipais, ressalvados os cães-guia que acompanhem deficientes visuais.

Art. 65 São protegidos os pontos de pouso, reprodução e alimentação de aves migratórias.

SEÇÃO III

DA FLORA

Art. 66 - O uso e exploração das florestas existentes no Município e demais formas de vegetação, atenderão as leis federal e estadual em vigor, ao disposto nesta Lei, bem como em sua regulamentação.

Art. 67 A flora nativa encontrada no território do Município de Morro do Chapéu do Piauí e as demais formas de vegetação importantes para a manutenção e para o equilíbrio dos ecossistemas primitivos, são considerados bens de interesse comum a todos e ficam sob a proteção municipal, sendo seu uso, manejo e proteção, regulados por esta Lei, bem como por legislação correlata.

Art. 68 - Por motivo de sua localização, raridade, beleza ou condição outra específica, um ou mais exemplares ou pequenos conjuntos da flora poderão ser declarados imunes ao corte



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

ou supressão, mediante ato do Diretor(a) do Departamento de Meio Ambiente, emitido com base em parecer técnico e nos limites estabelecidos na legislação pertinente.

Parágrafo único. Além da multa decorrente do corte irregular, deverá o infrator compensar o dano com o plantio, às suas expensas, de 20 (vinte) a 500 (quinhentas) mudas, conforme o tamanho, idade, copa e diâmetro do caule, a ser determinado por laudo técnico do Departamento de Meio Ambiente.

Art. 69 - É proibido o uso ou o emprego de fogo nas florestas e demais formas de vegetação, para atividades agrossilvopastoris, para simples limpeza de terrenos ou para qualquer outra finalidade.

Parágrafo único: A aplicação de penalidades referente à infração disposta neste artigo poderá ser pauta de regulamentação a posteriori.

CAPÍTULO VII

DA ASSOCIAÇÃO DE BRIGADISTA

Art. 70 - Fica criada e disciplinada, nesta Lei, a Brigada Civil Municipal de Morro do Chapéu do Piauí, com a finalidade de atuar, complementar e subsidiariamente, na prevenção e combate de focos de incêndios florestais e queimadas urbanas; e medidas correlatas.

Art. 71 - A Brigada será composta por pessoas voluntárias habilitados, os quais poderão ser ainda servidores ou funcionários, mesmo terceirizados, de um ou mais órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º - A participação na Brigada de Incêndio não gera qualquer vínculo empregatício com a Administração Pública Municipal.

§ 2º - O exercício da atividade de brigadista voluntário municipal depende de aprovação em curso de formação, conforme a ABNT NBR 14.023:1997, e segundo dispuserem as normas suplementares estaduais e municipais.

Art. 72 - A brigada de incêndio poderá atuar em Municípios limítrofes, mediante convênio ou consórcio.

Art. 73 - O horário cumprido como brigadista voluntário municipal será computado para todos os efeitos como carga horária, se exercido:

I – Em situação real, na área do Município ou de outro Município conveniado ou consorciado;



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

II – Nas dependências de órgão público, entidade ou empresa, ainda que a título de formação, reciclagem ou treinamento;

III – Em outro local durante o horário de trabalho, mediante liberação do empregador.

Art. 74 - O coordenador da Brigada de Incêndio Municipal e os demais brigadistas voluntários serão designados por meio de Portaria Municipal, a ser expedida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

TÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO, INFRAÇÃO E PENALIDADES

CAPÍTULO I

Art. 75 - Para realização das atividades decorrentes do disposto nesta Lei e seus regulamentos, o Departamento de Meio Ambiente poderá utilizar-se, além dos recursos técnicos e funcionários de que dispõe, do concurso de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, mediante convênios.

Art. 76 – Os funcionários públicos municipais encarregados da fiscalização ambiental, são competentes, para:

- I - Realizar levantamentos, vistorias e avaliações;
- II - Efetuar medições e coletas de amostra, para análises técnicas e de controle;
- III - Proceder inspeções e visitas de rotinas, bem como para apuração de irregularidades e infrações;
- IV - Verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes;
- V - Lavrar notificação e auto de infração.

Parágrafo único: No exercício da ação fiscalizadora, os técnicos poderão adentrar nas dependências das fontes poluidoras localizadas, ou a se instalarem no município, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário, desde que seja respeitado o princípio constitucional da inviolabilidade domiciliar.

CAPÍTULO II DAS INFRAÇÕES

Art. 77 – A infração consiste em toda a ação ou omissão, voluntária ou não, que importe inobservância de determinações legais relativas à proteção da qualidade do meio ambiente descritas nesta lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Parágrafo único: Toda e qualquer infração ambiental deverá ser informada, desde a sua ciência, ao Departamento de Meio Ambiente;

Art. 78 - As infrações podem ser classificadas em:

- I - Leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;
- II - Graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;
- III - Muito Graves, aquelas em que forem verificadas duas circunstâncias agravantes;
- IV - Gravíssimas, aquelas em que sejam verificadas a existência de três ou mais circunstâncias agravantes ou a reincidência.

Art. 79 - São circunstâncias atenuantes da infração:

- I - Menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;
- II - Arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa de degradação ambiental causada.
- III - Comunicação previa pelo infrator de perigo iminente de degradação ambiental as autoridades competentes;
- IV - Colaboração com os agentes encarregados da vigilância;
- V - Ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve.

Art. 80 - São circunstâncias agravantes da infração:

- I - Ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada;
- II - Ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária;
- III - O infrator coagir outrem para a execução material da infração;
- IV - Ter a infração consequências danosas à saúde pública e ao meio ambiente;
- V - Se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública e ao meio ambiente, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada para evitá-lo;
- VI - A ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia;
- VII - a infração atingir áreas sob proteção legal.

Art. 81 - A apuração ou denúncia de qualquer infração terá como consequência a formação de processo administrativo

Parágrafo único - O processo administrativo será instruído com os seguintes documentos:

- I - Parecer técnico;
- II - Cópia da notificação;



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

III - Outros documentos indispensáveis à apuração e julgamento do processo;

IV - Cópia do auto de infração;

V - Atos e documentos de defesa apresentados pela parte infratora;

VI - Decisão no caso de recurso;

VII - Despacho de aplicação da pena.

Art. 82 - O Auto de Infração será lavrado pela autoridade ambiental a que houver constatado, devendo conter:

I - O nome da pessoa física ou jurídica autuada e respectivo endereço;

II - Local, hora, e data da constatação da ocorrência;

III - Descrição da infração e menção ao dispositivo legal ou regulamentar transgredido;

IV - Penalidade a que está sujeita o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza a sua imposição;

V - Ciência do autuado de que responderá pelo fato em processo administrativo;

VI - Assinatura da autoridade competente;

VII - Assinatura do autuado ou na ausência ou recusa, de duas testemunhas e do atuante.

VIII - O prazo para recolhimento da multa, quando aplicada, será de 30 (trinta) dias, no caso de o infrator abdicar o direito de defesa;

IX - O prazo para interposição de recurso será de 10 (dez) dias;

X - Os recursos deverão ser encaminhados em primeira instância ao Diretor(a) do Departamento de Meio Ambiente, em seguida a Sr. Prefeito Municipal e, em terceira instância ao Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMA.

Art. 83 - Os servidores ficam responsáveis pelas declarações que fizerem nos Autos de infrações.

Art. 84 - A notificação do infrator, dar-se-á:

I - Pessoalmente;

II - Pelos Correios, via A. R. (Aviso de Recebimento);

III - Por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido.

§ 1º - Se o infrator for notificado pessoalmente e se recusar a exarar ciência, devera essa circunstância ser mencionada expressamente pela autoridade que efetuou a notificação.

culh



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

§ 2º - O edital referido no inciso III deste artigo, será publicado no Diário Oficial do Município, em jornal de circulação, considerando-se efetivada a notificação 15 (quinze) dias após a publicação.

Art. 85 - Apresentada ou não a defesa, ultimada a instrução do processo e uma vez esgotados os prazos para recurso, a autoridade ambiental proferirá a decisão final, dando o processo por concluso, notificando o infrator.

Art. 86 - Mantida a decisão condenatória total ou parcial, caberá recursos para o Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMA, no prazo de 10 (dez) dias da ciência ou publicação.

Art. 87 - Os recursos interpostos das decisões não definitivas terão efeitos suspensivos relativos ao pagamento de penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente.

Art. 88 - Quando aplicada a pena de multa, esgotados os recursos administrativos, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de recebimento, recolhendo o respectivo valor ao Tesouro Municipal.

§ 1º - O valor estipulado da pena de multa cominado no Auto de Infração, será corrigido pelos índices oficiais vigentes por ocasião da intimação para o seu pagamento.

§ 2º - O não recolhimento da multa, dentro do prazo fixado neste artigo, implicará na sua inscrição em dívida ativa municipal.

CAPÍTULO III DAS PENALIDADES

Art. 89 - A pessoa física ou jurídica de direito público ou privado que infringir qualquer dispositivo desta lei, seus regulamentos e demais normas dela decorrentes, fica sujeito às seguintes penalidades, independente da reparação do dano ou de outras sanções civis ou penais.

I - Advertência por escrito, em que o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas nesta lei;

II - Multa de 01 (um) a 100.000 (cem mil) -- Unidades Fiscais de Referência do Estado do Piauí- UFR's - PI.

III - Suspensão de atividades, a até correção das irregularidades, salvo os casos reservados a competência da União;

IV - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo município;



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

V - Apreensão do produto;

VI - Embargo da obra;

VII - Cassação do alvará e licença concedidos, a ser executada pelos órgãos competentes do Executivo Municipal.

§ 1º - As penalidades previstas neste artigo serão objeto de especificação em regulamento de forma a compatibilizar penalidades com a infração cometida, levando-se em consideração sua natureza, gravidade e consequência para a coletividade podendo ser aplicada a um mesmo infrator, isolada ou cumulativamente.

§ 2º - Nos casos de reincidência, as multas, a critério do Departamento de Meio Ambiente, poderão ser aplicadas por dia ou em dobro.

§ 3º Será reincidente aquele que cometer o mesmo tipo de infração no período de 12 (doze) meses.

§ 4º - As penalidades aplicadas no âmbito municipal, não impedem que possam também ser aplicadas nos âmbitos federal e/ou estadual.

§ 5º - Poderão ser aplicadas, complementarmente, os dispositivos de legislações estadual e federal referentes à autuação de infrações ambientais.

Art. 90 - A pena de multa consiste no pagamento do valor correspondente:

I - Nas infrações leves, de 01 (uma) a 100 (cem) UFR's - PI;

II - Nas infrações graves, de 101 (cento e uma) a 1.000 (mil) UFR's - PI;

III - Nas infrações muito graves, de 1.001 (mil e uma) a 10.000 (dez mil) UFR's - PI;

IV - Nas infrações gravíssimas, de 10.001 (dez mil e uma) a 100.000 (cem mil) UFR's - PI.

Parágrafo único - Cumpridas as obrigações assumidas pelo infrator, a multa poderá ter uma redução de até 80% (oitenta por cento) do seu valor original.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 91 - O Poder Executivo fica autorizado a regulamentar esta Lei, desde a sua publicação, quando julgar pertinente, respeitadas às competências do Departamento de Meio Ambiente, do Conselho Municipal de Meio Ambiente e dos demais órgãos e entidades.

Parágrafo único: Em especial, e prioritariamente, as matérias que carecem de regulamentação e foram expressamente dispostas nessa Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Art. 92 - Ao Departamento de Meio Ambiente, é autorizado expedir normas técnicas, padrões e critérios, sob aprovação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, destinados a complementar esta Lei e Regulamentos.

Art. 93 - Adotar-se-á as normas e regulamentações estaduais e federais, desde que em consonância com esta Lei, enquanto o CONSEMA não se manifestar no que lhe é de competência normativa.

Art. 94 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 95 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Morro do Chapéu do Piauí-PI, aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um (14/05/2021)

MARCOS HENRIQUE FORTES REBELO
PREFEITO MUNICIPAL

Id:13B59B33F7535589



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

LEI N.231/2021, DE 14 DE MAIO DE 2021.

Dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente, institui o Conselho Gestor, o Fundo Municipal de Meio Ambiente, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Morro do Chapéu do Piauí, Estado do Piauí, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Constituição Estadual e Constituição Federal do Brasil, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e promulguei a seguinte lei:

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º - A Política de Meio Ambiente do Município de Morro do Chapéu do Piauí, respeitadas as competências conferidas à União e ao Estado, tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, essencial para assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico e a proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

- I - Ações de defesa para a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado;
 - II - Compatibilização com as políticas de meio ambiente implementadas pela União e pelo Estado;
 - III - Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
 - IV - Fomento ao planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
 - V - Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
 - VI - Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
 - VII - Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
 - VIII - Acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
 - IX - Recuperação de áreas degradadas;
 - X - Proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- Educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.
- XII - Fiscalização e reflorestamento das áreas de preservação permanente;

CAPÍTULO II

OBJETIVOS

Art. 2º - São objetivos da Política Municipal de Meio Ambiente:

- I - A compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;
- II - A definição de áreas prioritárias para a realização de ações relativas à qualidade e ao equilíbrio ecológico;
- III - O estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais, respeitadas às competências da União e do Estado;
- IV - O desenvolvimento contínuo de pesquisas e de tecnologias orientadas para o uso racional de recursos ambientais;
- V - A difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, a divulgação de dados e informações ambientais e a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;
- VI - A preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;
- VII - A imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

TÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA

Art. 3º - O Sistema Municipal de Meio Ambiente será composto pelos órgãos e pelas entidades do Município, responsáveis pela proteção e pelo fomento de políticas públicas destinadas a melhoria do meio ambiente. Assim, será estruturado da seguinte maneira:

- I - Órgão executivo municipal: Departamento de Meio Ambiente;
- II - Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMA;
- III - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.

CAPÍTULO II

DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Art. 4º - O Departamento de Meio Ambiente, integrante da Secretaria Municipal de Administração, fica instituído como órgão de coordenação, controle e execução da Política Municipal do Meio Ambiente e integrante da estrutura de organização do Município e do SISNAMA, com as seguintes atribuições:

- I - Executar e fazer cumprir a Política Municipal de Meio Ambiente;
 - II - Dar apoio técnico, administrativo e financeiro ao CONSEMA;
 - III - Executar e fazer cumprir, em âmbito municipal, as Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente e demais políticas nacionais e estaduais que possuam relação com a proteção do meio ambiente;
 - IV - Criar, implantar e coordenar o Cadastro Técnico Municipal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais;
 - V - Promover a educação ambiental formal e informal por meio de programas, projetos e ações desenvolvidas nas escolas, em comunidades, para os docentes, gestores, e demais segmentos da sociedade, para estimular a participação na proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;
 - VI - Propor a criação e gerenciar unidades de conservação ambiental, implantando e implementando os planos de manejo;
 - VII - Exercer o controle, o monitoramento e a avaliação dos recursos ambientais e naturais do Município no âmbito de suas atribuições;
 - VIII - Controlar as atividades públicas e privadas potencialmente causadoras do desequilíbrio ambiental;
 - IX - Participar do planejamento das demais políticas públicas do Município, especialmente as de saúde, educação, desenvolvimento econômico e urbano, saneamento básico e transportes;
 - X - Acompanhar as ações dos órgãos integrantes do Sistema Municipal de Meio Ambiente;
 - XI - Apoiar as ações das organizações da sociedade civil que desenvolvam projetos de preservação, conservação e controle da qualidade do meio ambiente;
 - XII - Exercer a vigilância ambiental e o Poder de Polícia;
 - XIII - Atuar em caráter permanente adotando medidas que promovam a recuperação de áreas e recursos naturais poluídos ou degradados;
 - XIV - Exigir que os responsáveis pela promoção de atividades potencial ou efetivamente poluidoras, adotem medidas mitigadoras, compensatórias e de recuperação dos impactos ao meio ambiente;
 - XV - Observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas em Lei, aprovar a realização de atividades relacionadas à manutenção, recuperação e preservação dos recursos hídricos identificando, analisando e tomando providências quanto aos impactos sobre os mesmos;
 - XVI - Atuar em atividades relacionadas com o gerenciamento de resíduos sólidos;
 - XVII - Fomentar a redução do índice de desmatamento no Município;
- Parágrafo único: O rol é meramente exemplificativo, sendo que o Departamento de Meio Ambiente deve exercer outras atividades, compatíveis com sua esfera de competência, que lhe forem delegadas.

Art. 5º - Estará sob o controle do Departamento de Meio Ambiente, as atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços e outras fontes de quaisquer naturezas que produzam ou possam produzir alterações adversas às características do meio ambiente.

(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Parágrafo único: As atividades previstas no caput, que necessitam de licenciamento, dependem de prévia autorização do Departamento de Meio Ambiente.

Art. 6º - A estrutura organizacional administrativa do Departamento de Meio Ambiente será formada por:

- I - Diretor(a) do Departamento;
- II - Coordenação de Controle e Fiscalização Ambiental com as atribuições relacionadas à Fiscalização, Licenciamento e Guarda Ambiental;
- III - Coordenação de Gestão de Recursos Naturais com as atribuições relacionadas ao Zoneamento Ambiental, Gestão das Unidades de Conservação, Cadastramento dos Usuários de Recursos Hídricos e Viveiro Municipal;
- IV - Coordenação de Gestão de Educação Ambiental com as atribuições relacionadas a Educação Formal e Informal;
- IV - Assessoria Técnica.

Parágrafo único: No prazo de 15 dias, contados da data de publicação desta lei, o Chefe do Executivo Municipal, por meio de decreto municipal, detalhará a estrutura de organização das coordenadorias e funções organizacionais internas do Departamento de Meio Ambiente, via cessão de servidores e/ou transformação de cargos anteriormente existentes na administração municipal, a fim de estruturar minimamente a prestação de serviços necessários.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 7º - Fica criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente do Município de Morro do Chapéu do Piauí - CONSEMA, que possui como atribuições assessorar, estudar e propor as diretrizes governamentais para o meio ambiente, e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre os recursos e processos administrativos, normas e padrões relativos ao meio ambiente.

Art. 8º - Compete ao Conselho Municipal de Meio Ambiente:

- I - Propor diretrizes para a Política Municipal de Meio Ambiente;
- II - Colaborar nos estudos e elaboração dos planejamentos, planos, programas e ações de desenvolvimento municipal e em projetos de lei sobre parcelamento, uso e ocupação do solo, plano diretor e ampliação de área urbana;
- III - Propor o mapeamento das áreas críticas e a identificação de onde se encontram obras ou atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras;
- IV - Avaliar, definir, propor e estabelecer normas (técnicas e legais), critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, de acordo com a legislação pertinente, supletivamente ao Estado e à União;
- V - Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental do município;
- VI - Propor e acompanhar os programas de educação ambiental;
- VII - Promover e colaborar em campanhas educacionais e na execução de um programa de formação e mobilização ambiental;
- VIII - Manter intercâmbio com as entidades públicas e privadas de pesquisa e atuação na proteção do meio ambiente;
- IX - Identificar e comunicar aos órgãos competentes as agressões ambientais ocorridas nos municípios, sugerindo soluções reparadoras;
- X - Assessorar os consórcios intermunicipais de proteção ambiental;
- XI - Convocar as audiências públicas nos termos da legislação;
- XII - Propor a recuperação dos recursos hídricos e das matas ciliares;
- XII - Proteger o patrimônio histórico, estético, arqueológico, paleontológico e paisagístico;
- XIII - Exigir, para a exploração dos recursos ambientais, prévia autorização mediante análise de estudos ambientais;
- XIV - Deliberar sobre qualquer matéria concernente às questões ambientais dentro do território municipal e acionar, quando necessário, os organismos federais e estaduais para a implantação das medidas pertinentes à proteção ambiental local;

XV - Analisar e relatar sobre os possíveis casos de degradação e poluição ambientais que ocorram dentro do território municipal, diligenciando no sentido de sua apuração e, sugerir ao Prefeito as providências que julgar necessárias;

XVI - Incentivar a parceria do Poder Público com os segmentos privados para gerar eficácia no cumprimento da legislação ambiental;

XVII - Deliberar sobre a coleta, seleção, armazenamento, tratamento e eliminação dos resíduos domiciliares, industriais, hospitalares e de embalagens de fertilizantes e agrotóxicos no município, bem como a destinação final de seus efluentes em mananciais;

XVIII - Sugerir vetos a projetos inconvenientes ou nocivos à qualidade do meio ambiente;

XIX - Cumprir e fazer cumprir as leis, normas e diretrizes municipais, estaduais e federais de proteção ambiental;

XX - Zelar pela divulgação das leis, normas, diretrizes, dados e informações ambientais inerentes ao patrimônio natural, cultural e artificial municipal;

XXI - Deliberar sobre o licenciamento ambiental na fase prévia, instalação, operação e ampliação de qualquer tipo de empreendimento que possa comprometer a qualidade do meio ambiente;

XXII - Recomendar restrições a atividades agrícolas ou industriais, rurais ou urbanas, capazes de prejudicar o meio ambiente;

XXIII - Decidir, em instância de recurso, sobre as multas e outras penalidades impostas pelo órgão municipal competente;

XXIV - Analisar anualmente o relatório de qualidade do meio ambiente municipal e emitir um parecer sobre.

XXV - Criar mecanismos que incentivem a organização da sociedade civil em cooperativas, associações e outras formas legais para democratizar a participação popular no Conselho de Defesa do Meio Ambiente;

XXVI - Gerir e participar das decisões sobre a aplicação dos recursos destinados ao Meio Ambiente, propondo critérios para a sua programação e avaliando os programas, projetos, convênios, contratos e quaisquer outros atos que serão subsidiados pelo mesmo;

XXVII - Acionar os organismos estaduais e federais, quando os problemas ambientais dentro do território municipal, ultrapassem sua área de competência ou exija medidas mais tecnológicas para se tomarem mais efetivas.

XXVIII - Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, assim como os ganhos sociais e de desempenho dos programas a serem tomadas.

XXIV - Elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Art. 9º - O Conselho Municipal de Meio Ambiente será constituído por conselheiros que formarão o colegiado, obedecendo-se à distribuição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil Organizada, num total de 7 (sete) conselheiros titulares, com igual número de suplentes, além do conselheiro presidente, que juntos formarão o plenário.

I - Representantes do Poder Público:

- a) um presidente, que é o titular do Departamento de Meio Ambiente;
- b) um representante do Poder Legislativo Municipal designado pelos vereadores;
- c) um representante do órgão municipal de saúde pública e ou assistência social;
- d) um representante do órgão municipal da área de desenvolvimento econômico, agropecuário ou promoção do trabalho.

II - Representantes da Sociedade Civil:

- a) um representante de entidades religiosas;
- b) dois representantes de setores organizados da sociedade, tais como: Associação do Comércio, da Indústria, Clubes de Serviço, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e pessoas comprometidas com a questão ambiental;

c) um representante de entidade civil criada com o objetivo de defesa dos interesses dos moradores e da qualidade do meio ambiente, com atuação no âmbito do município;

§ 1º - O Suplente deve ser oriundo da mesma categoria representativa do Conselheiro, para, quando for o caso, substituí-lo na plenária.

§ 2º - A estrutura do Conselho será composta por um presidente, colegiado e secretaria executiva, escolhidos dentre seus membros, conforme estabelecido em Regimento Interno.

§ 3º - O Presidente do CONSEMA exercerá seu direito de voto em casos de empate.

(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

§ 4º - Os membros do CONSEMA e seus respectivos suplentes serão indicados pelas entidades que representam, e nomeados por ato do Prefeito Municipal, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, sendo considerado serviço relevante para o Município.

§ 5º - A indicação a que se refere o § 4º não se aplica ao Presidente, que é considerado membro nato da CONSEMA.

§ 6º - O Conselho Municipal poderá instituir, sempre que necessário, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse, e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

§ 7º - O exercício das funções de membros do Conselho será gratuito por se tratar de serviço de relevante interesse público.

Art. 10 - A Plenária reunir-se-á em caráter ordinário e extraordinário, como dispuser o Regimento Interno do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 11 - O Conselho, sempre que cientificado de possíveis agressões ambientais, observará as providências que julgar necessárias para retornar ao equilíbrio do meio ambiente.

Art. 12 - As sessões do Conselho serão públicas e os atos e documentos deverão ser amplamente divulgados.

Art. 13 - Em todas as sessões deverão ser redigidas Atas.

Art. 14 - Dentro do prazo máximo de trinta dias após sua instalação, o Conselho elaborará seu Regimento Interno.

Art. 15 - As demais normas de funcionamento do CONSEMA serão definidas por decreto regulamentar do Poder Executivo Municipal e pelo seu Regimento Interno.

TÍTULO III

DA APLICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I

DOS INSTRUMENTOS

Art. 16 - São instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente:

- I - O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;
- II - O Fundo Municipal de Meio Ambiente;
- III - A Educação Ambiental Formal e Informal;
- IV - O Zoneamento Ambiental;
- V - O licenciamento e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras;
- VI - Os Planos de Manejo das Unidades de Conservação;
- VII - A criação de unidades de conservação ambiental;
- VIII - O Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras; de Recursos Ambientais e o Sistema e Informações Ambientais;
- IX - A fiscalização ambiental às penalidades administrativas;
- X - A instituição do relatório de qualidade ambiental do município;

CAPÍTULO II

DO FUNDO MUNICIPAL

Art. 17 - Fica criado o Fundo Municipal de Meio Ambiente para concentrar recursos destinados a projetos de interesse ambiental do Município de Morro do Chapéu do Piauí.

§ 1º - Constituem receitas do Fundo:

- I - Dotações orçamentárias;
- II - Arrecadação de multas previstas em lei;
- III - Contribuições, subvenções e auxílio da União, do Estado, do Municípios e de suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações;

IV - As resultantes de convênios, contratos e consórcios celebrados entre o Município e instituições públicas e privadas, cuja execução seja de competência do Departamento de Meio Ambiente, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos;

V - As resultantes de doações que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos e privados, nacionais e internacionais;

VI - Rendimentos de qualquer natureza que venham a auferir como remuneração decorrente de aplicação de seu patrimônio;

VII - Outros recursos que, por sua natureza, possam ser destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente;

§ 2º - O Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente será o gestor do Fundo Municipal, cabendo-lhe aplicar os recursos de acordo com o plano a ser aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

CAPÍTULO III

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 18 - O licenciamento ambiental municipal é o procedimento administrativo pelo qual o Departamento de Meio Ambiente licencia a localização, instalação, ampliação, operação e regularização de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, considerado efetivas ou potencialmente poluidoras ou, ainda, daquelas que, sob qualquer forma ou intensidade, possam causar degradação ambiental, ou que de alguma forma utilizem de recursos naturais ambientais considerando as disposições gerais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

§ 1º - Dependerá de prévio licenciamento do Departamento de Meio Ambiente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis, a localização, instalação, operação, ampliação de atividades potencialmente poluidoras e degradadoras do meio ambiente caracterizadas como de impacto local. As atividades consideradas de impacto ambiental ou hostilizadoras de recursos naturais já instaladas ou em operação serão regularizadas quando possível pelo Departamento de Meio Ambiente.

§ 2º - O procedimento para o licenciamento ambiental assim como a listagem das atividades a serem licenciadas e demais regulamentações serão regidas por lei específica a ser aprovada.

Art. 19 - Compete ao Departamento de Meio Ambiente o controle e o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local, ouvido, quando legalmente couber, os órgãos ambientais da esfera estadual e federal, bem como daquelas atividades cuja competência lhe forem formalmente delegadas por outros entes federativos.

§ 1º - As atividades de impacto local previstas no “caput” deste artigo são aquelas cujo impacto ambiental seja considerado restrito exclusivamente à área de circunscrição territorial do Município de Morro do Chapéu do Piauí.

§ 2º - Para que o procedimento do licenciamento ambiental possa ser concluído em prazo razoável, sem prejuízo da efetiva proteção ao meio ambiente, caberá ao Poder Executivo Municipal assegurar ao Departamento de Meio Ambiente:

- I - Disponibilidade de recursos humanos com capacidade técnica para atuar na área ambiental;
- II - Disponibilidade de infraestrutura operacional adequada à concessão, fiscalização e acompanhamento das autorizações e licenciamentos ambientais.

§ 3º - Quando o licenciamento ambiental de um novo empreendimento se realizar por intermédio de órgão estadual ou federal, caberá ao Poder Público Municipal a verificação de conformidade com o que dispuser esta Lei acerca do uso e ocupação do solo do Município, expedindo declaração ao requerente no caso de se encontrar regular.

Art. 20 - O licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos potencialmente poluidores ou degradadores do meio ambiente contera as seguintes modalidades de licença e autorização ambiental:

- I - LMS - Licença Municipal Simplificada;
- II - LMP - Licença Municipal Prévia;
- III - LMI - Licença Municipal de Instalação;
- IV - LMO - Licença Municipal de Operação;
- V - LMA - Licença Municipal de Ampliação;
- VI - LMR - Licença Municipal de Regularização;
- VII - AMA - Autorização Municipal Ambiental;

Parágrafo único - O Departamento de Meio Ambiente definirá, a posteriori, as modalidades de licença, por intermédio da lei específica a ser aprovada.

Art. 21 - As licenças ambientais poderão ser outorgadas de forma isolada, sucessiva ou cumulativamente, de acordo com a natureza, característica e fase da atividade ou serviço requerido do licenciamento.

Parágrafo único: O Departamento de Meio Ambiente estabelecerá de forma objetiva o procedimento adequado a cada atividade ou empreendimento, ressalvadas as peculiaridades verificadas na situação concreta que, fundamentadamente, exijam outras providências à sua regularização.



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Art. 22 - No caso de irregularidades ligadas ao licenciamento, o empreendedor ficará sujeito a sanções e penalidades previstas nesta lei, inclusive a cassação da licença ambiental, observados a ampla defesa e o contraditório.

Art. 23 - O Poder Executivo Municipal regulamentará por meio de decreto o licenciamento ambiental e estabelecerá prazos para análises de projetos, procedimentos, emissão de licenças, prazo de validade das licenças emitidas e demais disposições.

CAPÍTULO IV DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 24 - A educação ambiental é vertente essencial à educação nacional, devendo estar presente e aplicada de maneira formal e não-formal. Visando, aos indivíduos e à coletividade, a construção de valores sociais refletidos na construção de conhecimento e habilidades em prol da conservação ambiental.

Art. 25 - É instituído o Plano Municipal de Educação Ambiental, respeitados os princípios e objetivos previstos nesta Lei e em legislação correlata, estadual e federal.

Parágrafo único: É dever do Município articular-se em prol da implantação e efetivação dos programas do Plano Municipal de Educação Ambiental, assegurado o caráter interinstitucional de suas ações.

Art. 26 - A Educação Ambiental será promovida, em caráter formal e informal:

I - Na rede municipal de ensino, pela Secretaria de Educação em articulação com o Departamento de Meio Ambiente, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo;

II - Aos demais segmentos da sociedade, com destaque aos meios de comunicação de massa, que possam atuar de maneira ativa na disseminação de informações, práticas ambientais e atividades desenvolvidas por órgãos e entidades do município;

III - Através do desenvolvimento de atividades técnicas junto às entidades e associações ambientalistas e específicas, existentes ou que venham a ser criadas com este objetivo.

§ 1º - Por educação ambiental formal, compreende-se a desenvolvida e efetivada no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas.

§ 2º - A educação ambiental informal objetiva articular e organizar a participação da coletividade em favor das questões ambientais, por meio da promoção de ações e práticas educativas.

Art. 27 - A educação ambiental é direito de todos.

TÍTULO IV ÁREA DE INTERVENÇÃO CAPÍTULO I DO CONTROLE DE POLUIÇÃO

Art. 28 - O lançamento no meio ambiente de qualquer forma de matéria, energia, substância, em qualquer estado físico, prejudiciais ao ar, ao solo, à arborização ao subsolo, às águas, à fauna e à flora em geral, deverá obedecer às normas estabelecidas nesta Lei, visando reduzir previamente os efeitos:

I - ImproPRIOS, Nocivos ou ofensivos à saúde;

II - Inconvenientes, inoportunos ou incômodos ao bem-estar público;

III - Danosos aos materiais;

IV - Prejudiciais ao uso, gozo e segurança da propriedade. Bem como ao funcionamento normal das atividades da coletividade;

CAPÍTULO II DO AR E DAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 29 - Para os efeitos desta Lei, considerar-se-á:

I - Poluição atmosférica: a degradação da qualidade da atmosfera resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do Meio Ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

II - Poluente atmosférico: qualquer forma de matéria sólida, líquida ou gasosa ou de energia que, presente na atmosfera, cause ou possa causar poluição atmosférica;

III - Emissão: o lançamento na atmosfera de qualquer forma de matéria sólida, líquida ou gasosa, ou de energia, efetuado por uma fonte potencialmente poluidora do ar;

IV - Fonte-área: qualquer processo natural ou artificial, estacionário ou não pontual, que libere ou emita matéria ou energia para a atmosfera;

V - Fonte móvel: qualquer instalação, equipamento ou processo natural ou artificial em movimento, que libere ou emita matéria ou energia para a atmosfera;

VI - Fonte pontual: qualquer instalação, equipamento ou processo natural ou artificial, estacionário, que libere ou emita matéria ou energia para a atmosfera de forma concentrada em ponto geográfico específico e bem delimitada em seu alcance;

VII - Fonte potencialmente poluidora do ar: qualquer instalação, equipamento ou processo natural ou artificial que possa liberar ou emitir matéria ou energia para a atmosfera, de forma a causar poluição atmosférica;

VIII - Limites de emissão: os valores de emissão permissíveis constantes na licença ambiental de fontes potencialmente poluidoras e que, no mínimo, atendam aos padrões de emissão;

IX - Padrões de emissão: os limites máximos de emissão permissíveis de serem lançados na atmosfera por fontes potencialmente poluidoras;

X - Padrão de qualidade do ar: o máximo valor permitido de um nível de concentração, em uma duração específica de tempo, estabelecido para um certo poluente na atmosfera, conforme definida nos termos desta lei.

SEÇÃO II

DO ESTABELECIMENTO DE PADRÕES DE QUALIDADE DO AR

Art. 30 - A utilização da atmosfera para o lançamento de qualquer tipo de matéria ou energia somente poderá ocorrer com a observância dos limites e padrões de emissão estabelecidos, das condições e parâmetros de localização de implantação e de operação das fontes potenciais de poluição do ar;

Parágrafo único: As disposições do caput deste artigo aplicam-se tanto para as fontes providas de sistemas de ventilação ou de condução dos efluentes gasosos, quanto às emissões decorrentes da ação dos ventos, da circulação de veículos em vias e áreas não pavimentadas e aquelas situações ou emissões geradas por eventos acidentais

Art. 31 - Nenhuma fonte ou conjunto de fontes potencialmente poluidoras do ar poderá emitir matéria ou energia para a atmosfera em quantidades e condições que possam resultar em concentrações médias superiores aos Padrões de Qualidade do Ar estabelecidos

Art. 32 - Os padrões de qualidade do ar a serem observados no Município de Morro do Chapéu do Piauí serão estabelecidos pelo Departamento de Meio Ambiente, ou ainda por decreto, observadas as sugestões encaminhadas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

§ 1º Os padrões de qualidade do ar a serem estabelecidos deverão estar em conformidade com aqueles fixados pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, ou ao menos, contemplá-lo em alguns aspectos.

§ 2º O Município poderá adotar padrões mais restritivos, por decreto, em casos de emergência e sob aprovação do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMA.

CAPÍTULO II DAS EMISSÕES SONORAS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 33 - Para os efeitos desta Lei, considerar-se-á:

I - Som e ruído: toda e qualquer vibração acústica capaz de provocar nas pessoas sensações auditivas;

II - Poluição sonora: qualquer alteração das propriedades físicas do meio ambiente provocada por sons e ruídos com frequência, intensidade e duração que causam sensação sonora indesejável de incomodo, aborrecimento e irritação, com afetação, direta ou indiretamente, à saúde, ao sossego e ao bem-estar da coletividade;

III - Zonas sensíveis: áreas territoriais que abrigam hospitais, casas de saúde, escolas, bibliotecas, creches e teatros e similares, em um raio de duzentos (200) metros;

(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

IV – Zonas mistas: áreas territoriais que abrigam residências, centros comerciais, administrativos, industriais e assemelhados;

V – Horário diurno: o período compreendido das 7:01 às 13:00 horas; horário vespertino: o período compreendido das 19:01 às 22:00 horas; e horário noturno: o período compreendido das 22:01 às 7:00 horas;

VI – Decibel (dB): unidade de intensidade física relativa do som;

VII – Nível de som ou acústico dB(A): intensidade do som medida na curva de ponderação a, estabelecida na ABNT NBR 10151:2019, pela Associação Brasileira de normas Técnicas;

VIII – Decibelímetro: aparelho utilizado para medir o nível de som;

IX – Veículos de som: veículo automotor ou não, de pequeno e meio porte, utilizados para a instalação de sistema sonoro, sobretudo com amplificadores e alto-falantes potentes, conjugados ou não com aparelhos de fonte de energia elétrica que transforma corrente de 220V em 12V, para alimentação do sistema sonoro;

X – Banda de música ou fanfarras: conjunto de músicos que utilizam exclusivamente instrumentos de sopro, metal e percussão para acompanhar manifestações populares em festividades típicas carnavalescas, religiosas, esportivas, comemorações oficiais, passeatas e cortejos civis em geral;

XI – banda musical: conjunto de músicos que utilizam instrumentos de sopro, metal, percussão, corda, teclado e voz conjugados, sobretudo com equipamentos eletrônicos, amplificadores e caixas acústicas com alto falantes de alta potência, para animar festas shows em geral;

XII – trio elétrico: veículo automotor ou não, de grande porte, utilizado para instalação de sistema de som com os instrumentos e equipamentos eletrônicos e para o mesmo fim de que trata o inciso antecedente;

XIII – ponta de energia ou ponta de luz: qualquer tomada com carga e corrente elétrica de 220V ou 110V, instalada em estabelecimento comercial ou não;

XIV – estabelecimento de pequeno porte: aquele em que a atividade é exercida em área ou espaço fechado ou não, coberto ou não, com no máximo 150 (cento e cinquenta) metros quadrados.

Art. 34 - O controle da emissão de ruídos dentro do Município de Morro do Chapéu do Piauí visa a garantir o sossego e bem-estar público, evitando sua perturbação por emissões excessivas ou incômodas de sons de qualquer natureza ou que contrariem os níveis máximos fixados em leis federais, estaduais e municipais.

Art. 35 - Considera-se poluição sonora a emissão de sons, ruídos e vibrações em decibéis de atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, de lazer, domésticas, sociais, de trânsito e de obras públicas ou privadas que causem desconforto ou que direta ou indiretamente sejam ofensivas à saúde, à segurança e ao bem estar da coletividade ou, simplesmente, excedam os limites estabelecidos pelo Conselho Nacional de Transito - CONTRAN, Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pelas resoluções do CONAMA e demais dispositivos legais em vigor, no interesse da saúde, da segurança e do sossego público.

SEÇÃO II

DOS NÍVEIS MÁXIMOS DE SONS E RUÍDOS

Art. 36 - Para os efeitos desta Lei, os níveis máximos de sons e ruídos, de qualquer fonte emissora e natureza, em empreendimentos ou atividades residenciais, comerciais, de serviços, institucionais, industriais ou especiais, públicas ou privadas assim como em veículos automotores obedecerão aos seguintes níveis conforme as zonas:

I – Nas Zonas Sensíveis:

a) 45dB (cinquenta e cinco decibéis) diurno;

II – Nas Zonas Residenciais:

b) 55dB (cinquenta decibéis) vespertino;

c) 45dB (quarenta e cinco decibéis) noturno.

III – Nas Zonas Mistas:

a) 65 dB (sessenta decibéis) diurno;

b) 50 dB (cinquenta decibéis) vespertino;

c) 55dB (cinquenta e cinco decibéis) noturno.

IV – Nas Zonas Industriais:

a) 60dBA (sessenta decibéis) diurno;

b) 60dBA (sessenta decibéis) vespertino;

c) 62dBA (sessenta e dois decibéis) noturno.

Art. 37 - Não estão sujeitos às proibições e restrições previstas nesta Lei, os sons produzidos pelas seguintes fontes:

I – Sirenes de ambulância de emergência vinculadas a estabelecimento ou órgãos ligados à saúde, e de viaturas do sistema de segurança pública quando em serviço de socorro ou de policiamento;

II – Apitos ou silvos de guardas civis ou policiais quando em serviços de vigilância e ronda em logradouro público;

III – Detonações de explosivos empregados na arrebentação de pedreiras, rochas ou em demolições, desde que ouve horários e com carga previamente autorizada pelo órgão competente do Executivo Municipal;

IV – Os sinos de igrejas ou templos religiosos exclusivamente para indicar as horas ou anunciar a realização de atos, cerimônias ou cultos religiosos;

V – Bandas de músicos ou fanfarras, quando utilizadas para animar manifestações populares nas festividades típicas religiosas, juninas e carnavalescas, passeatas e desfiles, comemorações oficiais ou reuniões desportivas, realizadas nas circunstâncias consagradas pela tradição e costume em local e horários previamente autorizados pelo órgão competente do Executivo Municipal;

VI – Pregações, orações, hinos e cânticos religiosos proferidos através de sistema de som com amplificadores e alto-falantes ou não, exclusivamente quando em caminhadas, passeatas, cortejos e procissões tradicionais de igrejas ou templos religiosos;

VII – Máquinas e equipamentos ou aparelho de alarme eletrônico que por possuir dispositivo especial para partida automática ou dispara através de sensores impossibilita o controle e diminuição dos sons e ruídos emitidos nos níveis máximos previstos nesta Lei, desde que a emissão ocorra em intervalos não inferior a quarenta minutos e com duração acima de dez segundos.

CAPÍTULO III

DA POLUIÇÃO VISUAL

Art. 38 - Para os efeitos desta lei, considerar-se-á paisagem urbana:

I – O espaço aéreo;

II – A superfície externa de qualquer elemento natural ou construído, tais como água, fauna, flora, construções, anteparos, superfícies aparentes de equipamentos de infraestrutura, de segurança e de veículos automotores, anúncios de qualquer natureza, elementos de sinalização urbana, de informação e de logradouros públicos, visíveis por qualquer observador situado em áreas de uso comum do Município

Art. 39 - São diretrizes a serem observadas na colocação dos elementos que compõem a paisagem urbana:

I - o livre acesso de pessoas e bens à infraestrutura urbana;

II - a priorização da sinalização de interesse público visando a não confundir motoristas na condução de veículos e garantir a livre e segura locomoção de pedestres;

III - o combate à poluição visual, bem como à degradação ambiental;

IV - a proteção, preservação e recuperação do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico, de consagração popular, bem como do meio ambiente natural ou construído da cidade;

Art. 40 - É considerada poluição visual qualquer limitação à visualização pública de paisagem urbana, sujeitando o agente, a obra, o empreendimento ou a atividade ao controle ambiental, aos termos desta Lei, seus regulamentos e normas decorrentes.

Art. 41 - Fica proibido, portanto, anúncios a serem instalados:

I – Nos leitos dos rios e cursos d'água, reservatórios, lagos e represas, conforme legislação específica;

II – Nas vias, parques, praças e outros logradouros públicos, salvo os anúncios de cooperação entre o Poder Público e a iniciativa privada;

III – Nos imóveis situados nas zonas de uso estritamente residenciais, salvo os anúncios indicativos nos imóveis regulares;

IV – Em postes de iluminação pública ou de rede de telefonia, inclusive cabines e telefones públicos, conforme autorização específica, exceção feita ao mobiliário urbano nos pontos permitidos pela Prefeitura;

V – Em torres ou postes de transmissão de energia elétrica;

VI – Em faixas ou placas da sinalização de trânsito;

(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

VII - Nos bens de uso comum do povo a uma distância inferior a 30,00m (trinta metros) de obras públicas de relevância, bem como de seus respectivos acessos;

VIII - Nos muros e paredes de lotes públicos ou privados, edificados ou não;

IX - Nas árvores de qualquer porte;

Art. 42. É proibido ainda, anúncios na paisagem urbana que:

I - Reduza, ainda que parcialmente, a visibilidade de bens tombados;

II - Prejudique a estrutura, a insolação ou a aeração da edificação em que estiver instalado ou as edificações vizinhas;

CAPÍTULO IV

DO SOLO

SEÇÃO I

DO USO E OCUPAÇÃO

Art. 43 - A disciplina do ordenamento do uso e da ocupação do solo tem por objetivos específicos:

I - Garantir o ordenamento do solo, estimulando o adensamento sustentável;

II - Promover a renovação urbana em áreas centrais degradadas, por meio de novas ocupações, com empreendimentos que levem ao adensamento e a intensificação dos usos dessas áreas, incorporando o desenho urbano ao processo de planejamento;

III - Fomentar a multiplicidade dos usos, mediante a densificação e diversificação das funções do ambiente construído, potencializando a atividade econômica e habitacional, favorecendo deslocamentos curtos e mantendo o espaço vital da cidade;

IV - Promover a proteção ambiental e a recuperação dos remanescentes do bioma local protegidos por lei e que cumpram relevante função ecológica.

V - A aproximação do emprego e dos serviços urbanos à moradia;

VI - A promoção da habitação de interesse social de forma integrada aos bairros e nos territórios com oferta de serviços públicos e empregos;

Art. 44 - Entende-se zoneamento pela forma de divisão municipal que visa, a cada região, uma melhor utilização em função do sistema viário, da topografia e da infraestrutura existentes, através da criação de zonas, bairros e setores de uso e ocupação do solo.

Parágrafo único. As zonas, bairros e setores serão delimitados e discriminados em ato legal, a posteriori, mediante estudos e pareceres técnicos de maneira a fundamentarem suas definições.

Art. 45 - Para os efeitos desta Lei, de interpretação e aplicação, o território do Município de Morro do Chapéu do Piauí compreende:

I - Perímetro urbano, com todas as construções residenciais e comerciais inseridas nos bairros da cidade;

II - Limites do Perímetro Urbano e Rural, que é a divisão entre a área urbana e a área rural, nos parâmetros do ponto final de cada bairro;

III - Perímetro urbano nos centros comunitários, os centros das comunidades que possuem estruturas urbanísticas como pavimentação poliédrica, água, energia, escolas e posto de saúde;

IV - Setores urbanos, as áreas urbanas ainda em desenvolvimento, que se extremam com estradas, podem ser de produção comercial, institucional e/ou área familiar;

V - Zona Rural, as áreas do Município não inseridas nos perímetros urbanos.

Art. 46 - Na análise de projetos de ocupação, uso e parcelamento do solo, o Departamento de Meio Ambiente deverá manifestar-se em relação aos aspectos de proteção do solo, da Fauna, da cobertura vegetal e das águas superficiais, subterrâneas, fluentes, emergentes e reservadas, sempre que os projetos:

I - Tenham interferência sobre reservas de áreas verdes, e proteção de interesses paisagísticos e ecológicos;

II - Exijam sistemas especiais de abastecimento de água, coleta, tratamento e disposição final de esgotos e resíduos sólidos;

III - Apresentem problemas relacionados à viabilidade geotécnica;

Parágrafo único. O Departamento de Meio Ambiente deverá emitir parecer técnico por ocasião de implantação de novos loteamentos.

Art. 47 - A proteção do solo no município visa:

I - Garantir o uso sustentável do solo, substrato natural dos ecossistemas existentes no Município e das atividades rurais;

II - Garantir a utilização do solo cultivável, por intermédio adequado planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologias e manejos;

III - Priorizar o controle da erosão, a contenção de encostas e o reflorestamento das áreas degradadas;

IV - Priorizar a utilização de controle biológico de pragas;

V - Garantir a conservação do solo em áreas com cobertura de vegetação nativa.

SEÇÃO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 48 - Fica criado e disciplinado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, como órgão consultivo e de assessoramento ao Prefeito Municipal, integrante do Departamento de Meio Ambiente.

Art. 49 - Dentre as competências do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, destaca-se:

I - Fomentar a participação da sociedade nas diversas discussões relativas às diretrizes acerca da temática;

II - Opinar sobre planos e programas de revitalização, de renovação e de desenvolvimento sustentável para o Município;

III - Analisar, antes do seu envio à Câmara Municipal, as propostas de alteração do Plano da legislação de uso e ocupação do solo, bem como de seus desdobramentos legais;

IV - Acompanhar a implementação dos instrumentos urbanísticos de preservação e renovação urbana;

V - Apresentar propostas e opinar, anualmente, sobre a programação do Fundo de Desenvolvimento Urbano, assim como avaliar e acompanhar sua gestão econômica;

VI - Constituir grupos técnicos e comissões especiais, quando julgar necessário para o desempenho de suas funções;

VII - Elaborar e aprovar seu regimento interno.

Art. 50 - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano será constituído por representantes da sociedade civil e do Poder Público, com seus respectivos suplentes, a serem especificados em decreto regulamentar editado pelo poder executivo.

Art. 51 - O exercício das funções de membro do Conselho não será remunerado; possuindo, porém, caráter de relevante interesse público.

Art. 52 - O Departamento de Meio Ambiente prestará ao Conselho o necessário suporte técnico-administrativo e financeiro, quando necessário, sem prejuízo da colaboração dos demais órgãos ou entidades nele representados, para a consecução de seus fins.

Art. 53 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão pelas dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

CAPÍTULO V

DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 54 - As medidas referentes ao saneamento básico essenciais à proteção do meio ambiente e à saúde pública constituem obrigação do Poder Público, cabendo-lhe a elaboração da sua política municipal de saneamento e dos planos municipais de resíduos sólidos, esgotamento sanitário e drenagem no exercício da sua atividade cumprindo as determinações legais, em especial a Lei Federal Nº 11.445 de 2007.

Art. 55 - Os serviços de saneamento básico, tais como os sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de limpeza pública, de drenagem, de coleta e de destinação final de resíduos sólidos, operados por órgãos e entidades de qualquer natureza, estão sujeitos ao monitoramento da SEMAM, sem prejuízo daquele exercido por outros órgãos competentes, observado o disposto no seu regulamento e nas normas técnicas federais e estaduais correlatas.

Parágrafo único. A construção, reconstrução, ampliação e operação de sistemas de saneamento básico deverão ter seus respectivos projetos aprovados previamente pela SEMAM.

Art. 56 - É dever do Poder Executivo do Município de Morro do Chapéu do Piauí a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, visando fundamentar, regulamentar e orientar a proposição e execução de políticas públicas do município;

Art. 57 - A elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser orientada pelo:

(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

I – Estabelecimento de ações preventivas na gestão dos recursos hídricos, por meio das atividades de drenagem urbana, disposição final de resíduos sólidos e líquidos e preservação de áreas de mananciais e proteção ambiental;

II – Integração das políticas, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, recursos hídricos, desenvolvimento urbano, habitação, uso e ocupação do solo;

III – Utilização dos indicadores sanitários, epidemiológicos e ambientais como parâmetros do nível de qualidade de vida da população e como norteadores das ações de saneamento;

IV – Incentivo a atividades de educação ambiental sanitária, com ênfase em saneamento.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Saneamento será encaminhado para ciência do Poder Legislativo.

CAPÍTULO VI DA FAUNA E DA FLORA SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 58 - Compete ao Poder Executivo Municipal:

I – Proteger a fauna e a flora, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica ou que submetam os animais à crueldade; provoquem extinção das espécies, estimulando e promovendo o reflorestamento, preferencialmente com espécies nativas, em áreas degradadas de interesse ecológico;

II – Preservar as espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção, que ocorrem em ecossistemas naturais;

III – A introdução e reintrodução de exemplares da fauna e da flora em ambientes naturais de interesse local e áreas reconstituídas, devendo ser efetuada com base em dados técnicos e científicos e com a devida autorização ou licença ambiental de órgão competente;

IV – Adotar medidas de proteção de espécies da fauna nativas ameaçadas de extinção;

V – Garantir a elaboração de inventários e censos florísticos periódicos.

SEÇÃO II DA FAUNA

Art. 59 - As espécies animais nativas, bem como as migratórias, em qualquer fase de seu desenvolvimento, seus ninhos, abrigos, criadouros naturais, habitats e ecossistemas necessários à sua sobrevivência são bens públicos de uso restrito, sendo sua utilização a qualquer título estabelecida pela presente Lei.

Art. 60 - A política sobre a fauna silvestre do Município tem por finalidade seu uso adequado e racional, com base nos conhecimentos técnico-científicos da área, visando à melhoria da qualidade de vida da sociedade e compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a preservação ambiental e do equilíbrio ecológico.

Art. 61 - É proibido utilizar, perseguir, destruir, caçar, pescar, apanhar, capturar, coletar, exterminar, mutilar e manter em cativeiro, ou em semicativeiro, exemplares da fauna silvestre, por meios diretos ou indiretos, bem como o seu comércio e de seus produtos e subprodutos, sem a devida licença ou autorização do órgão competente, ou em desacordo com a obtida.

§ 1º - Fica proibida a posse, a manutenção em cativeiro e/ou a utilização de animais silvestres, exóticos, domesticados ou não, em espetáculos circenses ou semelhantes.

§ 2º - A apanha de animais da fauna só é permitida, segundo o controle e critérios técnico-científicos estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Art. 62 - Deverão ser estimuladas as ações para a reintrodução de animais silvestres regionais em segmentos de ecossistemas naturais existentes no Município, de maneira especial nas Unidades de Conservação; mediante autorização do órgão ambiental competente, após estudos sobre o ecossistema local e a compatibilidade com as áreas urbanas.

Art. 63 - É proibido o abandono de qualquer espécime da fauna silvestre, ou exótica, domesticada ou não, e de animais domésticos ou de estimação nos parques urbanos, praças, áreas de preservação permanente e demais logradouros públicos municipais.

Art. 64 - É proibida a entrada de animal doméstico em unidades de conservação municipais, ressalvados os cães-guia que acompanhem deficientes visuais.

Art. 65 São protegidos os pontos de pouso, reprodução e alimentação de aves migratórias.

SEÇÃO III DA FLORA

Art. 66 - O uso e exploração das florestas existentes no Município e demais formas de vegetação, atenderão as leis federal e estadual em vigor, ao disposto nesta Lei, bem como em sua regulamentação.

Art. 67 A flora nativa encontrada no território do Município de Morro do Chapéu do Piauí e as demais formas de vegetação importantes para a manutenção e para o equilíbrio dos ecossistemas primitivos, são considerados bens de interesse comum a todos e ficam sob a proteção municipal, sendo seu uso, manejo e proteção, regulados por esta Lei, bem como por legislação correlata.

Art. 68 - Por motivo de sua localização, raridade, beleza ou condição outra específica, um ou mais exemplares ou pequenos conjuntos da flora poderão ser declarados imunes ao corte ou supressão, mediante ato do Diretor(a) do Departamento de Meio Ambiente, emitido com base em parecer técnico e nos limites estabelecidos na legislação pertinente.

Parágrafo único. Além da multa decorrente do corte irregular, deverá o infrator compensar o dano com o plantio, às suas expensas, de 20 (vinte) a 500 (quinhentas) mudas, conforme o tamanho, idade, copa e diâmetro do caule, a ser determinado por laudo técnico do Departamento de Meio Ambiente.

Art. 69 - É proibido o uso ou o emprego de fogo nas florestas e demais formas de vegetação, para atividades agrossilvopastoris, para simples limpeza de terrenos ou para qualquer outra finalidade.

Parágrafo único: A aplicação de penalidades referente à infração disposta neste artigo poderá ser pauta de regulamentação a posteriori.

CAPÍTULO VII DA ASSOCIAÇÃO DE BRIGADISTA

Art. 70 - Fica criada e disciplinada, nesta Lei, a Brigada Civil Municipal de Morro do Chapéu do Piauí, com a finalidade de atuar, complementar e subsidiariamente, na prevenção e combate de focos de incêndios florestais e queimadas urbanas; e medidas correlatas.

Art. 71 - A Brigada será composta por pessoas voluntárias habilitados, os quais poderão ser ainda servidores ou funcionários, mesmo terceirizados, de um ou mais órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º - A participação na Brigada de Incêndio não gera qualquer vínculo empregatício com a Administração Pública Municipal.

§ 2º - O exercício da atividade de brigadista voluntário municipal depende de aprovação em curso de formação, conforme a ABNT NBR 14.023:1997, e segundo dispuserem as normas suplementares estaduais e municipais.

Art. 72 - A brigada de incêndio poderá atuar em Municípios limítrofes, mediante convênio ou consórcio.

Art. 73 - O horário cumprido como brigadista voluntário municipal será computado para todos os efeitos como carga horária, se exercido:

I – Em situação real, na área do Município ou de outro Município conveniado ou consorciado;

II – Nas dependências de órgão público, entidade ou empresa, ainda que a título de formação, reciclagem ou treinamento;

III – Em outro local durante o horário de trabalho, mediante liberação do empregador.

Art. 74 - O coordenador da Brigada de Incêndio Municipal e os demais brigadistas voluntários serão designados por meio de Portaria Municipal, a ser expedida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

TÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO, INFRAÇÃO E PENALIDADES CAPÍTULO I

Art. 75 - Para realização das atividades decorrentes do disposto nesta Lei e seus regulamentos, o Departamento de Meio Ambiente poderá utilizar-se, além dos recursos técnicos e funcionários de que dispõe, do concurso de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, mediante convênios.

(Continua na próxima página)

Diário Oficial dos Municípios
A prova documental dos atos municipais



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

Art. 76 – Os funcionários públicos municipais encarregados da fiscalização ambiental, são competentes, para:

- I - Realizar levantamentos, vistorias e avaliações;
- II - Efetuar medições e coletas de amostra, para análises técnicas e de controle;
- III - Proceder inspeções e visitas de rotinas, bem como para apuração de irregularidades e infrações;

IV - Verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes;

V - Lavrar notificação e auto de infração.

Parágrafo único: No exercício da ação fiscalizadora, os técnicos poderão adentrar nas dependências das fontes poluidoras localizadas, ou a se instalarem no município, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário, desde que seja respeitado o princípio constitucional da inviolabilidade domiciliar.

CAPÍTULO II DAS INFRAÇÕES

Art. 77 – A infração consiste em toda a ação ou omissão, voluntária ou não, que importe inobservância de determinações legais relativas à proteção da qualidade do meio ambiente descritas nesta lei.

Parágrafo único: Toda e qualquer infração ambiental deverá ser informada, desde a sua ciência, ao Departamento de Meio Ambiente;

Art. 78 – As infrações podem ser classificadas em:

- I - Leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;
- II - Graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;
- III - Muito Graves, aquelas em que forem verificadas duas circunstâncias agravantes;
- IV - Gravíssimas, aquelas em que sejam verificadas a existência de três ou mais circunstâncias agravantes ou a reincidência.

Art. 79 – São circunstâncias atenuantes da infração:

- I - Menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;
- II - Arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa de degradação ambiental causada.
- III - Comunicação prévia pelo infrator de perigo iminente de degradação ambiental as autoridades competentes;

IV - Colaboração com os agentes encarregados da vigilância;

V - Ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve.

Art. 80 – São circunstâncias agravantes da infração:

- I - Ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada;
- II - Ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária;
- III - O infrator coagir outrem para a execução material da infração;
- IV - Ter a infração consequências danosas à saúde pública e ao meio ambiente;
- V - Se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública e ao meio ambiente, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada para evitá-lo;

VI - A ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia;

VII - a infração atingir áreas sob proteção legal.

Art. 81 – A apuração ou denúncia de qualquer infração terá como consequência a formação de processo administrativo

Parágrafo único - O processo administrativo será instruído com os seguintes documentos:

- I - Parecer técnico;
- II - Cópia da notificação;
- III - Outros documentos indispensáveis à apuração e julgamento do processo;
- IV - Cópia do auto de infração;
- V - Atos e documentos de defesa apresentados pela parte infratora;
- VI - Decisão no caso de recurso;
- VII - Despacho de aplicação da pena.

Art. 82 – O Auto de Infração será lavrado pela autoridade ambiental a que houver constatado, devendo conter:

- I - O nome da pessoa física ou jurídica autuada e respectivo endereço;
- II - Local, hora, e data da constatação da ocorrência;
- III - Descrição da infração e menção ao dispositivo legal ou regulamentar transgredido;

IV - Penalidade a que está sujeita o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza a sua imposição;

V - Ciência do autuado de que responderá pelo fato em processo administrativo;

VI - Assinatura da autoridade competente;

VII - Assinatura do autuado ou na ausência ou recusa, de duas testemunhas e do atuante.

VIII - O prazo para recolhimento da multa, quando aplicada, será de 30 (trinta) dias, no caso de o infrator abdicar o direito de defesa;

IX - O prazo para interposição de recurso será de 10 (dez) dias;

X - Os recursos deverão ser encaminhados em primeira instância ao Diretor(a) do Departamento de Meio Ambiente, em seguida a Sr. Prefeito Municipal e, em terceira instância ao Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMA.

Art. 83 – Os servidores ficam responsáveis pelas declarações que fizerem nos Autos de infrações.

Art. 84 – A notificação do infrator, dar-se-á:

I - Pessoalmente;

II - Pelos Correios, via A. R. (Aviso de Recebimento);

III - Por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido.

§ 1º - Se o infrator for notificado pessoalmente e se recusar a exarar ciência, deverá essa circunstância ser mencionada expressamente pela autoridade que efetuou a notificação.

§ 2º - O edital referido no inciso III deste artigo, será publicado no Diário Oficial do Município, em jornal de circulação, considerando-se efetivada a notificação 15 (quinze) dias após a publicação.

Art. 85 - Apresentada ou não a defesa, ultimada a instrução do processo e uma vez esgotados os prazos para recurso, a autoridade ambiental proferirá a decisão final, dando o processo por concluso, notificando o infrator.

Art. 86 - Mantida a decisão condenatória total ou parcial, caberá recursos para o Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMA, no prazo de 10 (dez) dias da ciência ou publicação.

Art. 87 - Os recursos interpostos das decisões não definitivas terão efeitos suspensivos relativos ao pagamento de penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente.

Art. 88 - Quando aplicada a pena de multa, esgotados os recursos administrativos, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de recebimento, recolhendo o respectivo valor ao Tesouro Municipal.

§ 1º - O valor estipulado da pena de multa cominado no Auto de Infração, será corrigido pelos índices oficiais vigentes por ocasião da intimação para o seu pagamento.

§ 2º - O não recolhimento da multa, dentro do prazo fixado neste artigo, implicará na sua inscrição em dívida ativa municipal.

CAPÍTULO III DAS PENALIDADES

Art. 89 - A pessoa física ou jurídica de direito público ou privado que infringir qualquer dispositivo desta lei, seus regulamentos e demais normas dela decorrentes, fica sujeita às seguintes penalidades, independente da reparação do dano ou de outras sanções civis ou penais.

I - Advertência por escrito, em que o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas nesta lei;

II - Multa de 01 (um) a 100.000 (cem mil) – Unidades Fiscais de Referência do Estado do Piauí- UFR's – PI.

III - Suspensão de atividades, a até correção das irregularidades, salvo os casos reservados a competência da União;

IV - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo município;

V - Apreensão do produto;

VI - Embargo da obra;

VII - Cassação do alvará e licença concedidos, a ser executada pelos órgãos competentes do Executivo Municipal.

§ 1º - As penalidades previstas neste artigo serão objeto de especificação em regulamento de forma a compatibilizar penalidades com a infração cometida, levando-se em

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DO
MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ**

JUSTIFICATIVAS AMPLIADAS

considerarão sua natureza, gravidade e consequência para a coletividade podendo ser aplicada a um mesmo infrator, isolada ou cumulativamente.

§ 2º - Nos casos de reincidência, as multas, a critério do Departamento de Meio Ambiente, poderão ser aplicadas por dia ou em dobro.

§ 3º Será reincidente aquele que cometer o mesmo tipo de infração no período de 12 (doze) meses.

§ 4º - As penalidades aplicadas no âmbito municipal, não impedem que possam também ser aplicadas nos âmbitos federal e/ou estadual.

§ 5º - Poderão ser aplicadas, complementarmente, os dispositivos de legislações estadual e federal referentes à atuação de infrações ambientais.

Art. 90 - A pena de multa consiste no pagamento do valor correspondente:

I - Nas infrações leves, de 01 (uma) a 100 (cem) UFR's - PI;

II - Nas infrações graves, de 101 (cento e uma) a 1.000 (mil) UFR's - PI;

III - Nas infrações muito graves, de 1.001 (mil e uma) a 10.000 (dez mil) UFR's - PI;

IV - Nas infrações gravíssimas, de 10.001 (dez mil e uma) a 100.000 (cem mil) UFR's - PI.

Parágrafo único - Cumpridas as obrigações assumidas pelo infrator, a multa poderá ter uma redução de até 80% (oitenta por cento) do seu valor original.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 91 - O Poder Executivo fica autorizado a regulamentar esta Lei, desde a sua publicação, quando julgar pertinente, respeitadas às competências do Departamento de Meio Ambiente, do Conselho Municipal de Meio Ambiente e dos demais órgãos e entidades.

Parágrafo único: Em especial, e prioritariamente, as matérias que carecem de regulamentação e foram expressamente dispostas nessa Lei.

Art. 92 - Ao Departamento de Meio Ambiente, é autorizado expedir normas técnicas, padrões e critérios, sob aprovação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, destinados a complementar esta Lei e Regulamentos.

Art. 93 - Adotar-se-á as normas e regulamentações estaduais e federais, desde que em consonância com esta Lei, enquanto o CONSEMA não se manifestar no que lhe é de competência normativa.

Art. 94 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 95 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Morro do Chapéu do Piauí-PI, aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um (14/05/2021)

MARCOS HENRIQUE FORTES REBELO
PREFEITO MUNICIPAL

SENHOR PRESIDENTE

SENHORES VEREADORES

Encaminhamos, para apoiar a apreciação e aprovação pelo Colendo Poder Legislativo, justificativas ampliadas acerca do Projeto de Lei, que **DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, INSTITUI O CONSELHO GESTOR, O FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Como destacado anteriormente, o encaminhamento do Projeto de Lei que dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente, se dá devido à necessidade de que sejam promovidas um conjunto de ações que tenham como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, essencial para assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico e à proteção da dignidade da vida humana.

Veja-se que o objetivo primeiro da Política Municipal de Meio Ambiente é focado na compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.

A aprovação deste Projeto de Lei é, portanto, o primeiro passo, para que de forma coletiva, toda a sociedade venha a desenvolver ações e estratégias articuladas com a preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida.

Destaca-se, ainda, que o Projeto de Lei cria todo um Sistema Municipal de Meio Ambiente, composto pelos órgãos e pelas entidades do Município, responsáveis pela proteção e pelo fomento de políticas públicas destinadas a melhoria do meio ambiente, os quais encontram esteio na Lei Federal Nº 6.938/81 e na Lei Estadual Nº 4.854/96.

Além do mais, instrumentaliza a maneira pela qual serão desenvolvidas estas políticas, demonstrando, para tanto, os instrumentos que, concomitantemente, possibilitarão o estabelecimento de um padrão de qualidade do meio ambiente.

O que temos testemunhado, recentemente, são diversas ações que em nada contribuem para a preservação do meio ambiente. Muito pelo contrário, percebemos um aumento desenfreado nos índices de danos ambientais. Nesse sentido, o Município necessita urgentemente articular e integrar ações de conservação e defesa ao meio ambiente.

Diante do exposto e com base nas justificativas acima descritas, esta é a proposta que submeto à apreciação da Vossa Excelência e demais pares, para qual solicito seja a matéria apreciada em regime de urgência, e que se proceda à aprovação.

Gabinete do Prefeito de Morro do Chapéu do Piauí, aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e vinte e um (14/05/2021)

MARCOS HENRIQUE FORTES REBELO
PREFEITO MUNICIPAL

(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO

Torna-se exigível, o estudo da Estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro, diante das disposições previstas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, em especial nos seus arts. 16 e 17. Sua finalidade demonstrar-se-ia na exposição do impacto orçamentário-financeiro que a aplicação das medidas preceituadas neste projeto acarretaria.

Entretanto, apesar da disciplina legal supracitada, há de se reiterar que o devido impacto, e ainda seu estudo, resta-se inexpressivo. Isto porque o projeto de lei em questão não gera ônus financeiro ao Município, visto que em face do conteúdo material abordado aquele, constata-se sua presença no rol de temas de inevitável regulamentação pelo Município.

Não fosse isso suficiente para o estudo do impacto ser dito dispensável, também convém ressaltar a atual situação de constantes restrições orçamentárias, em virtude do contexto da pandemia de COVID-19. O exposto, assim, torna claro a necessidade de o Município de efetivar as medidas do projeto, pertinentes ao Selo Ecológico, na expectativa de angariar incrementos na receita a qual é fundamental para uma gestão qualificada.

Gabinete do Prefeito de Morro do Chapéu do Piauí, aos quatorze de maio de dois mil e vinte e um (14/05/2021).

MARCOS HENRIQUE FORTES REBELO
PREFEITO MUNICIPAL

Id:030E598F94DB513E



EXTRATO DE CONTRATO

REFERÊNCIA: Contrato n. 26.07.18.02 - PMMP, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICI DOS PORTELAS(PI) e CR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS GERAIS LTDA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICI DOS PORTELAS(PI).

CONTRATADO: CR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS GERAIS LTDA.

CNPJ nº 05.106.833/0001-55.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E LIMPEZA, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MURICI DOS PORTELAS(PI).**

LICITAÇÃO: Carta Convite nº 006/2018, em conformidade com o art.24, inciso II da Lei nº 8666/93, e suas alterações posteriores.

VALOR GLOBAL: R\$ 166.831,20 (Cento e Sessenta e Seis Mil Oitocentos e Trinta e Um Reais e Vinte Centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Orçamento Municipal 2018 - MUNICÍPIO DE MURICI DOS PORTELAS. Fonte de Recurso: 100,200, 300, 400; Elemento de Despesas: 33.90.39.

DATA DA ASSINATURA: 06/08/2018.

Id:04719F07F2655145



EXTRATO DE CONTRATO

REFERÊNCIA: Contrato n. 26.07.18.03 - PMMP, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICI DOS PORTELAS(PI) e CR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS GERAIS LTDA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICI DOS PORTELAS(PI).

CONTRATADO: CR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS GERAIS LTDA.

CNPJ nº 05.106.833/0001-55.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA SUPRI AS NECESSIDADES DA CASA DE APOIO EM TERESINA, UBS E PSF'S, DO MUNICÍPIO DE MURICI DOS PORTELAS(PI).**

LICITAÇÃO: Carta Convite nº 007/2018, em conformidade com o art.24, inciso II da Lei nº 8666/93, e suas alterações posteriores.

VALOR GLOBAL: R\$ 166.933,50 (Cento e Sessenta e Seis Mil Novecentos e Trinta e Três Reais e Cinquenta Centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Orçamento Municipal 2018 - MUNICÍPIO DE MURICI DOS PORTELAS. Fonte de Recurso: 100,200, 300, 400; Elemento de Despesas: 33.90.39.

DATA DA ASSINATURA: 06/08/2018.

Id:09FEB4E9688D5275



PORTARIA Nº 081 / 2021

Nomeia ocupante de cargo de provimento em comissão na Prefeitura Municipal de Murici dos Portelas, Estado do Piauí e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MURICI DOS PORTELAS, Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 66, inciso V da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO os cargos criados pela Lei nº 0127/2013, de 20 de Março de 2013, que Institui a Reforma da Estrutura Administrativa do Município de Murici dos Portelas e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LUCAS CARVALHO ESCÓRCIO, portador do RG nº 3.227.289 SSP-PI e inscrito no CPF sob o nº 049.836.153 - 50 para Cargo de Secretário Municipal de Esportes e Lazer - SEMEL no Município de Murici dos Portelas - PI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, ficam revogadas todas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito de Murici dos Portelas - Piauí, 11 de Maio de 2021.

Ana Lina de Carvalho Cunha Sales
ANA LINA DE CARVALHO CUNHA SALES
Prefeita Municipal

ID:0047CCFC38A1C54D

**PREFEITURA MUNICIPAL DO
MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ**

LEI Nº. 232 DE 24 DE JUNHO DE 2021.

**Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias
para o Exercício Financeiro de 2022 e dá
outras providências.**

O PREFEITO MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ, FAZ SABER a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal do Morro do Chapéu do Piauí-PI aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Esta Lei estabelece as diretrizes gerais para elaboração e execução do Orçamento do Município de Morro do Chapéu do Piauí, Estado do Piauí, para o Exercício Financeiro de 2022.

Art. 2º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei 4.320/64 e nos termos da Lei Orgânica do Município de Morro do Chapéu do Piauí:

- I. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II. As diretrizes gerais e específicas para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- III. A organização e estrutura dos orçamentos;
- IV. Disposições relativas à Dívida Municipal e a captação de recursos;
- V. Disposições sobre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;
- VI. As disposições relativas aos dispêndios com pessoal e encargos sociais;
- VII. As disposições sobre alterações tributárias do município e medidas para o incremento da receita, para o exercício correspondente;
- VIII. No Orçamento o valor da Receita será igual ao valor da despesa, e integrará a essa Lei o Anexo II de metas Fiscais e o Anexo III de Riscos Fiscais, na forma do Art. 4º da Lei Responsabilidade Fiscais – LRF, elaborados de acordo com a Portaria nº. 637, de 18 de outubro de 2012, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

**CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 3º. As ações e prioridades das respectivas metas da Administração Pública Municipal para o Exercício de 2022 são os constantes no anexo de Metas e Prioridades desta Lei estando em consonância com o Plano Plurianual vigente e suas alterações, cujas dotações necessárias ao cumprimento das metas terão precedência no projeto de Lei Orçamentária as quais serão especificados no Anexo I, que integra esta Lei, a serem detalhadas na programação orçamentária para o Exercício Financeiro de 2022:

- I. Inclusão Social;
- II. Garantir acesso à saúde, Educação e à rede de proteção social
- III. A garantia de serviços de atenção e prevenção da Saúde e Saneamento Básico;
- IV. A promoção da cultura, esporte, lazer e turismo;
- V. A assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e ao deficiente;
- VI. A geração de emprego e renda através de cursos que qualifiquem a mão de obra local e da garantia de crédito;
- VII. A habitação e o urbanismo – habitação popular e infra-estrutura urbana e rural;
- VIII. A promoção da agricultura e do abastecimento;
- IX. Recuperação e preservação do meio ambiente;
- X. O planejamento das ações municipais com vistas à racionalização, eficiência, efetividade e eficácia.

Parágrafo Único. Na elaboração da proposta orçamentária de 2022 e durante sua execução, o executivo municipal poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa fixada à receita estimada, em virtude de reprogramação das receitas e despesas, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

**CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO****SEÇÃO I
DAS DIRETRIZES GERAIS**

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

- I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;
- IV – Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- V – Unidade orçamentária, o menor nível de classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendido estes, como os de maior nível de classificação institucional;

VI – Transferências voluntárias, a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal ou se destine ao Sistema Único de Saúde;

VII – Concedente, o órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, responsável pela transferência de recursos financeiros;

VIII – Conveniente, o ente da Federação com o qual a administração pública municipal pactue a execução de um programa com recurso proveniente da transferência voluntária.

§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2022 por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 2º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 1º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2022/2025.

§ 3º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto e a operação especial, identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e suas alterações posteriores.

§ 4º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 5º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. As metas fiscais previstas no Anexo II desta Lei poderão ser ajustadas no Projeto da Lei Orçamentária, se verificado, quando da sua elaboração, alterações dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas e do comportamento da respectiva execução.

Art. 5º. A Lei Orçamentária Anual obedecerá à elaboração do Orçamento do Município do Morro do Chapéu do Piauí-PI, relativo ao Exercício Financeiro de 2022, as diretrizes gerais e específicas de que trata este Capítulo, consubstanciadas no texto desta Lei.

Art. 6º. Os valores da receita e da despesa serão orçados com base nos seguintes fatores:

- I - execução orçamentária dos últimos três exercícios (Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores);
- II - arrecadação efetiva dos últimos três exercícios, bem como o comportamento da arrecadação no primeiro quadrimestre de 2021, considerando-se, ainda, a tendência para os quadrimestres seguintes;
- III - alterações na legislação tributária (Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita);
- IV - expansão ou economia nos serviços públicos realizados pela municipalidade;
- V - indicadores inflacionários e econômicos correntes e os previstos com base na análise da conjuntura econômica do país e da política fiscal do governo federal;
- VI - metas de melhoria de gestão e diminuição de perdas de arrecadação a serem desenvolvidas;
- VII - índice de participação do município na distribuição do ICMS, fixado para 2021 e, se estiver apurado, o provisorio para 2022;
- VIII - projeção da taxa de crescimento econômico para o ano de 2022;
- IX - outros fatores que possam influir significativamente no comportamento da arrecadação no ano de 2022, desde que devidamente embasados.

Art. 7º. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2022, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 8º. A Lei Orçamentária Anual poderá incluir a programação constante de proposta do Plano Plurianual 2022/2025, que tenha sido objeto de projetos de Leis específicas.

Art. 9º. A Lei Orçamentária para 2022 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificando com código de destinação dos recursos, especificando aqueles vinculados os seus fundos e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobrados as despesas por função, subfunção, programa, projeto e atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as portarias MOG 42/1999, Interministerial Nº. 163/2001, conjunta STN/SOF Nº. 02/2012 e alterações posteriores.

Art. 10º. As receitas serão estimadas e as despesas fixadas, tendo como base à execução orçamentária observada no período de Janeiro a Junho de 2021, observando-se:

- I. Os valores orçamentários na forma do disposto neste artigo poderão, ainda, ser corrigidos durante a execução orçamentária por critérios que vierem a ser estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.
- II. Os programas e projetos em fase de execução, desde que reavaliados à luz das prioridades estabelecidas nesta Lei, terão preferência sobre novos projetos.

(Continua na próxima página)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPEU DO PIAUÍ

LEI Nº 232, DE 24 DE JUNHO DE 2021

ANEXO II DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2022

AMF - DEMONSTRATIVO I (LRF, ART. 4º, INCISO 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2022			2023			2024		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A/PIB)x100	Valor Corrente (B)	Valor Constante	% PIB (B/PIB)x100	Valor Corrente (C)	Valor Constante	% PIB (C/PIB)x100
RECEITA TOTAL	24.500.000,00	23.489.932,89	44,931%	25.480.000,00	23.489.932,89	43,717%	26.499.200,00	22.521.508,04	0,433
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	24.432.400,00	23.425.119,85	44,807%	25.409.696,00	23.425.119,85	43,597%	26.426.083,84	22.459.367,06	0,432
DESPESAS TOTAL	24.500.000,00	23.489.932,89	44,931%	25.480.000,00	23.489.932,89	43,717%	26.499.200,00	22.521.508,04	0,433
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	24.425.100,00	23.418.120,81	44,794%	25.402.104,00	23.418.120,81	43,584%	26.418.188,16	22.452.656,57	0,432
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	7.300,00	6.999,04	0,013%	7.582,00	6.999,04	0,013%	7.895,68	6.710,49	0,000
RESULTADO NOMINAL	12.500,00	11.984,86	0,023%	13.000,00	11.984,86	0,022%	13.520,00	11.490,57	0,000
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	937.759,73	899.098,49	1,720%	975.270,12	899.098,49	1,673%	1.014.280,92	862.031,16	0,017
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	(635.067,33)	(608.665,26)	-1,165%	(660.470,02)	(608.665,26)	-1,133%	(686.888,82)	(583.782,61)	(0,011)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS, E SETOR DE CONTABILIDADE

MARCOS HENRIQUE FORTES

REBELO:22770097334

Assinado de forma digital por MARCOS HENRIQUE FORTES

REBELO:22770097334

Dados: 2021.06.30 11:42:56 -03'00'

Marcos Henrique Fortes Rebelo

PREFEITO MUNICIPAL-CPF: 227.700.973-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPEU DO PIAUÍ

LEI Nº 232, DE 24 DE JUNHO DE 2021

ANEXO II DE METAS FISCAIS

AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2022

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2020(A)	% PIB	Metas Realizadas em 2020	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
RECEITA TOTAL	23.096.000,00	48,409	22.105.271,26	46,333	(990.728,74)	-4,290%
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	22.934.646,21	48,071	22.098.523,84	46,319	(836.122,37)	-3,646%
DESPESAS TOTAL	23.096.000,00	48,409	21.098.460,70	44,223	(1.997.539,30)	-8,649%
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	22.981.393,40	48,189	21.022.767,77	44,064	(1.958.625,63)	-8,523%
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	(46.747,19)	(0,098)	1.075.756,07	2,255	1.122.503,26	-2401,221%
RESULTADO NOMINAL	48.578,12	0,102	1.082.503,49	2,269	1.033.925,37	2128,377%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	987.521,84	2,070	937.759,73	1,966	(49.762,11)	-5,039%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	367.744,42	0,771	(635.067,33)	(1,331)	(1.002.811,75)	

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS, E SETOR DE CONTABILIDADE

MARCOS HENRIQUE FORTES

REBELO:22770097334

Assinado de forma digital por MARCOS HENRIQUE FORTES

REBELO:22770097334

Dados: 2021.06.30 11:42:36 -03'00'

Marcos Henrique Fortes Rebelo

PREFEITO MUNICIPAL-CPF: 227.700.973-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPEU DO PIAUÍ

LEI Nº 232, DE 24 DE JUNHO DE 2021

ANEXO II DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2022

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	
RECEITA TOTAL	22.644.000,00	23.096.000,00	1,9961%	23.557.920,00	2,000%	24.500.000,00	3,999%	25.480.000,00	4,000%	26.499.200,00	4,000%	
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	22.485.791,00	22.934.646,21	1,9962%	23.492.920,00	2,434%	24.432.400,00	3,998%	25.409.696,00	4,000%	26.426.083,84	4,000%	
DESPESAS TOTAL	22.644.000,00	23.096.000,00	1,9961%	23.557.920,00	2,000%	24.500.000,00	3,998%	25.480.000,00	4,000%	26.499.200,00	4,000%	
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	22.529.393,40	22.981.393,40	2,0063%	23.485.920,00	2,195%	24.425.100,00	3,996%	25.402.104,00	4,000%	26.418.188,16	4,000%	
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	(43.802,40)	(46.747,19)	7,2124%	7.000,00	-114,974%	7.300,00	4%	7.582,00	4,000%	7.895,68	4,000%	
RESULTADO NOMINAL	49.307,60	48.578,12	-1,4794%	12.000,00	-75,299%	12.500,00	4,167%	13.000,00	4,000%	13.520,00	4,000%	
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	987.521,84	987.521,84	0,0000%	937.759,73	-5,039%	937.759,73	0,000%	975.270,12	4,000%	1.014.280,92	4,000%	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	619.777,42	367.744,42	-40,8651%	(635.067,33)	-272,693%	(635.067,33)	0,000%	(686.888,82)	4,000%	(686.888,82)	4,000%	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	
RECEITA TOTAL	25.322.785,20	24.366.280,00	-3,777%	23.557.920,00	-3,318%	23.113.207,55	-1,888%	22.570.643,96	-2,347%	22.040.422,52	-2,349%	
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	25.145.880,08	24.196.061,75	-3,777%	23.492.920,00	-2,906%	23.049.433,96	-1,888%	22.508.367,44	-2,347%	21.979.608,95	-2,349%	
DESPESAS TOTAL	25.322.785,20	24.366.280,00	-3,777%	23.557.920,00	-3,318%	23.113.207,55	-1,888%	22.570.643,96	-2,347%	22.040.422,52	-2,349%	
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	25.194.620,54	24.245.370,04	-3,768%	23.485.920,00	-3,132%	23.042.547,17	-1,888%	22.501.642,31	-2,347%	21.973.041,80	-2,349%	
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	(48.760,56)	(48.318,29)	1,144%	7.000,00	-114,194%	6.888,79	-1,817%	6.725,13	-2,347%	6.567,15	-2,349%	
RESULTADO NOMINAL	55.140,89	51.249,92	-7,058%	12.000,00	-78,585%	11.762,45	-1,730%	11.515,83	-2,347%	11.245,11	-2,349%	
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	1.104.345,67	1.041.835,54	-5,660%	937.759,73	-9,990%	894.878,59	-5,660%	863.911,88	-2,347%	843.817,17	-2,349%	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	693.097,09	387.970,36	-44,160%	(635.067,33)	(99,120,12)	(599.120,12)	(5,956,27)	(595.056,27)	(0,671,31)	(571.312,34)	(4,000%)	

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS, E SETOR DE CONTABILIDADE

MARCOS HENRIQUE FORTES

REBELO:22770097334

Assinado de forma digital por MARCOS HENRIQUE FORTES

REBELO:22770097334

Dados: 2021.06.30 11:43:09 -03'00'

Marcos Henrique Fortes Rebelo

PREFEITO MUNICIPAL-CPF: 227.700.973-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPEU DO PIAUÍ

LEI Nº 232, DE 24 DE JUNHO DE 2021
ANEXO II DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2022

AMF - Demonstrativo IV (LRF, Art 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
PATRIMÔNIO/CAPITAL	-	0,000%	-	0,000%	-	0,000%
RESERVAS	-	0,000%	-	0,000%	-	0,000%
RESULTADO ACUMULADO	15.132.423,86	100,000%	12.934.440,39	100,000%	12.561.610,80	100,000%
TOTAL	15.132.423,86	100,000%	12.934.440,39	100,000%	12.561.610,80	100,000%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
PATRIMÔNIO	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
RESERVAS	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
TOTAL	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS, E SETOR DE CONTABILIDADE

MARCOS HENRIQUE FORTES
REBELO:22770097334

Assinado de forma digital por MARCOS HENRIQUE FORTES
REBELO:22770097334
Dados: 2021.06.30 11:43:42 -03'00'

Marcos Henrique Fortes Rebelo
PREFEITO MUNICIPAL-CPF: 227.700.973-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPEU DO PIAUÍ

LEI Nº 232, DE 24 DE JUNHO DE 2021
ANEXO II DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2022

AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2018 (a)	2019 (b)	2020 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Alienação de Bens Móveis	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Alienação de Bens Imóveis	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS EXECUTADAS	2018 (d)	2019 (e)	2020 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Investimentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Inversões Financeiras	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Amortização da Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Regime Geral de Previdência Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	R\$ -	R\$ -	R\$ -

SALDO FINANCEIRO	2018 (g)=(Ia-IId)+IIIf)	2019 (h)=(Ib-Ile)+IIIf)	2020 (i)=(Ic-IIf)
VALOR (III)	R\$ -	R\$ -	R\$ -

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS, E SETOR DE CONTABILIDADE

MARCOS HENRIQUE FORTES
REBELO:22770097334

Assinado de forma digital por MARCOS HENRIQUE FORTES
REBELO:22770097334
Dados: 2021.06.30 11:44:11 -03'00'

Marcos Henrique Fortes Rebelo
PREFEITO MUNICIPAL-CPF: 227.700.973-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPEU DO PIAUÍ

LEI Nº 232, DE 24 DE JUNHO DE 2021

ANEXO II DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2022

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2020	2021	2022
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			
RECEITAS CORRENTES			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			
RECEITAS CORRENTES			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)			
DESPESAS	2020	2021	2022
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IV)			
ADMINISTRAÇÃO			
PREVIDÊNCIA			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)			
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2020	2021	2022
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Plano Previdenciário			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS, E SETOR DE CONTABILIDADE

MARCOS HENRIQUE FORTES

REBELO:22770097334

Assinado de forma digital por MARCOS HENRIQUE FORTES REBELO:22770097334
Dados: 2021.06.30 11:44:45 -03'00'

Marcos Henrique Fortes Rebelo

PREFEITO MUNICIPAL-CPF: 227.700.973-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPEU DO PIAUÍ

LEI Nº 232, DE 24 DE JUNHO DE 2021

ANEXO II DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2022

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2022	2023	2024	
Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos	Anistia	NÃO HOUE				Elevação de alíquota do ISSQN em 2%
ISSQN	Remissão	NÃO HOUE				Elevação de alíquota do ISSQN em 2%
ISSQN	Isenção	NÃO HOUE				Instituição da Contribuição de Iluminação Pública
TOTAL			R\$ -	R\$ -	R\$ -	

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS, E SETOR DE CONTABILIDADE

MARCOS HENRIQUE FORTES

REBELO:22770097334

Assinado de forma digital por MARCOS HENRIQUE FORTES REBELO:22770097334
Dados: 2021.06.30 11:45:25 -03'00'

Marcos Henrique Fortes Rebelo

PREFEITO MUNICIPAL-CPF: 227.700.973-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

LEI Nº 232, DE 24 DE JUNHO DE 2021

ANEXO II DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2022

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2022
Aumento Permanente da Receita	R\$ 47.770,00
(-)Transferências Constitucionais	R\$ -
(-)Transferências ao Fundeb	R\$ 9.554,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	R\$ 38.216,00
Redução Permanente de Despesa (II)	R\$ -
Margem Bruta (III)=(I+II)	R\$ 38.216,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	R\$ -
Novas DOCC	R\$ -
Novas DOCC geradas por PPP	R\$ -
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III-IV)	R\$ 38.216,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS, E SETOR DE CONTABILIDADE

MARCOS HENRIQUE FORTES
REBELO:22770097334

Assinado de forma digital por MARCOS HENRIQUE
FORTES REBELO:22770097334
Dados: 2021.06.30 11:45:58 -03'00'

Marcos Henrique Fortes Rebelo
PREFEITO MUNICIPAL-CPF: 227.700.973-34



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

ANEXO III - RISCOS FISCAIS
Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências
(Na forma do Art. 4º, § 3º da LC nº101, de 04/05/2000)

A Lei de responsabilidade Fiscal - LRF estabeleceu que a lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas quando da elaboração do orçamento anual.

Riscos Fiscais são a possibilidade de ocorrência de eventos, que por incertos, podem causar impacto negativo nas receitas públicas e são classificadas em dois grupos:

a) OS RISCOS ORÇAMENTÁRIOS - referem-se a frustração de arrecadação, a restituição de tributos não previsto ou previsto a menor, a diminuição da atividade econômica e situação de calamidade pública, dentre outras.

b) RISCOS DE GESTÃO DA DÍVIDA - referem-se as ocorrências externas à administração, tais como variação da taxa de câmbio de juros que afetam as obrigações vincendas.

Desse modo, sopesados as possíveis ocorrências, estimou-se um risco de aproximadamente R\$ 265.200,00 (duzentos e sessenta e cinco mil e duzentos reais), para o exercício de 2022, conforme demonstrativo que segue.

MARCOS HENRIQUE
FORTES
REBELO:22770097334

Assinado de forma digital por
MARCOS HENRIQUE FORTES
REBELO:22770097334
Dados: 2021.06.30 11:46:34 -03'00'

Marcos Henrique Fortes Rebelo
Prefeito Municipal
CPF: 227.700.973-34

(Continua na próxima p

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPEU DO PIAUÍ

LEI Nº 232, DE 24 DE JUNHO DE 2021

ANEXO III DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2022

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)		VALOR (R\$)
Assistências a Epidemias	R\$ 120.432,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência	R\$ 120.432,00
SUB-TOTAL	R\$ 120.432,00	SUBTOTAL	R\$ 120.432,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Discrepância de projeções	R\$ 127.140,00	TOTAL DE ABERTURA DE CRÉDITOS	R\$ 127.140,00
Taxas de Juros	R\$ 24.180,00	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotações de despesas discricionárias	R\$ 24.180,00
Salário Mínimo	R\$ 102.960,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência	R\$ 102.960,00
Frustração de receita	R\$ 17.628,00	Limitação de empenho	R\$ 17.628,00
SUBTOTAL	R\$ 144.768,00	SUBTOTAL	R\$ 144.768,00
TOTAL	R\$ 265.200,00	TOTAL	R\$ 265.200,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS, E SETOR DE CONTABILIDADE

MARCOS HENRIQUE FORTES
REBELO:22770097334

Assinado de forma digital por MARCOS
HENRIQUE FORTES REBELO:22770097334
Dados: 2021.06.30 11:47:05 -03'00'

Marcos Henrique Fortes Rebelo
PREFEITO MUNICIPAL-CPF: 227.700.973-34

Id:09FEB346C767C6CB

RESULTADO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 001/2021 - PROFESSOR(A)

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

RESULTADO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 001/2021 - PROFESSOR(A)

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

PROFESSOR(A) DE 1ª AO 5º ANO ZONA RURAL

1.	AGUIDA PEREIRA DE SA
2.	ALINE OLIVEIRA DA COSTA
3.	ANA CRISTINA PEREIRA
4.	ANDRÉIA DO CARMO CARVALHO
5.	ANGELA FRANCISCA AGUIAR COSTA
6.	ANTÔNIA CÉLIA SOUSA RIBEIRO
7.	ANTONIA MACHADO SOUSA
8.	ANTONIA NILZA MORAIS
9.	ANTONIA SILVA DE OLIVEIRA
10.	ANTONIO CLECIO OLIVEIRA DA SILVA
11.	ANTONIO FRANCISCO ALVES FERREIRA
12.	BERONICE ALVES DE SOUSA
13.	CLAUDIO VINICIO NUNES CARVALHO
14.	CLEIDIANE DE SOUSA FERREIRA
15.	CLEILANE SOUSA DA SILVA
16.	CLEONILDE FONTINELE DA SILVA
17.	CONRADO FERREIRA FENELON DA SILVA
18.	DEUSMARINA DE AMORIM SIVA
19.	DOMINGAS SOARES SILVA
20.	EDSON MORAIS SILVA
21.	ELIANE MARIA CARVALHO DA SILVA
22.	FRANCIANA LOPES DA SILVA
23.	FRANCIDILSON BARBOSA FRANCO
24.	FRANCINETE SANTANA DE LIMA
25.	FRANCISCA DAS CHAGAS SOUSA
26.	FRANCISCA MARIA SOARES ROCHA
27.	FRANCISCO DE ASSIS SILVA SANTOS
28.	GELSILENE MACHADO DA SILVA
29.	IANCA CRISTINA CARVALHO DE SOUSA
30.	IRANILDA RODRIGUES DE OLIVEIRA
31.	IVONE MARIA SANTOS
32.	JAISSON FONTINELE DE OLIVEIRA
33.	JANAINA SALÚ DA SILVA

34.	JANIA MARIA LIMA CALDAS
35.	JEIRLANE RIBEIRO SALES
36.	JOCYANE DA SILVA RESENDE
37.	JOSÉ BRAZ DA CUNHA
38.	JOSERLAN LIMA SANTOS
39.	JUCIANE GOMES DE OLIVEIRA
40.	JUCIANE MARIA DA SILVA
41.	LENILDA DUARTE CARVALHO PEREIRA
42.	LUIZ CARVALHO CRUZ
43.	MADALENA RODRIGUES CARDOSO
44.	MARIA APARECIDA DE SOUSA DIAS
45.	MARIA DA SILVA ALVES
46.	MARIA DAS NEVES PORTELA ARAÚJO
47.	MARIA DE FÁTIMA CARVALHO
48.	MARIA DO AMPARO SILVA OLIVEIRA
49.	MARIA FRANCISCA FENELON DA SILVA
50.	MARIA RODRIGUES LIMA
51.	MARIA SIMONE FONTINELES LIMA
52.	MARIA VALÉRIA ARAÚJO SOUSA
53.	MEYRE ANNE SILVA AMORIM
54.	MILENA SANTOS DE SOUSA
55.	MORGANA PEREIRA DA SILVA SOUSA
56.	NATANAEL SARAFIM SANTOS
57.	PEDRO FERREIRA DA SILVA
58.	RAFAELA KÁSSIA CARVALHO DA COSTA DO NASCIMENTO
59.	RAIMUNDA SANTOS PEREIRA
60.	RAIMUNDO SANTANA LIMA
61.	RAQUEL RODRIGUES SAMPAIO
62.	RAVENA ARAÚJO SILVA
63.	RITA MARIA PEREIRA DOS SANTOS
64.	SAMUEL DE MELO DAMASCENO
65.	SEBASTIÃO DAVID DA CONCEIÇÃO ARAÚJO
66.	SILVANA COELHO DE CARVALHO
67.	SOLANGE MARIA DE OLIVEIRA

(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ

RESULTADO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 001/2021 - PROFESSOR(A)

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

68.	SUIANE SILVA COSTA
69.	SUZETE BARBOSA DO VALE
70.	TERESINHA DE OLIVEIRA
71.	VALDILENE SILVA FREIRE
72.	VANDERLANE LIMA ARAÚJO
73.	VANESSA DO NASCIMENTO SOUSA
74.	WONESSA MICHELE DA SILVA CARVALHO

PROFESSORES DE 1º AO 5º ANO ZONA URBANA

01	ADAIZA MACHADO RIBEIRO
02	ALEXANDRA LOPES NERES
03	AMANDA SOUSA DA SILVA
04	ANDREIA CARVALHO BRUNO
05	AURELIANA RODRIGUES DOS SANTOS
06	CLEIDE DE SOUSA SANTOS ANDRADE
07	DANIELE DA SILVA SOUSA
08	EDINA FRANCISCA ALVES DE SOUZA
09	EDINA MARIA SILVA CAROSO
10	ELIZABETE FENELON LIMA
11	ELIZANGELA DUARTE BRAGA
12	ELZA MORAIS DE PAIVA
13	FRANCILENE PERES DE SOUZA OLIVEIRA
14	FRANCÍLIA SILVA LIMA
15	FRANCISCA GESSIANA M. GONÇALVES
16	FRANCISCA MARIA SILVA MORAES
17	FRANCISCO ERISVALDO RODRIGUES
18	IANA SANTOS NASCIMENTO
19	IANNY MIRANDA BOMFIM LIMA
20	IVANÁRIA DE SOUSA RODRIGUES
21	JACINTA XAVIER DOS SANTOS
22	JAILSON DA SILVA PEREIRA
23	JOSE DE ALENCAR ALVES DA SILVA
24	JUCELIA RODRIGUES DE ABREU

RESULTADO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 001/2021 - PROFESSOR(A)

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

25	JUSCELY DE MENÊSES BARBOSA
26	KÁSSIA MARQUES DA SILVA
27	KATIANA DOS SANTOS FREITAS
28	LAYANE MACHADO SAMPAIO
29	LENILSON GOMES DA SILVA
30	LILIANE FREITAS PONTES
31	LILIANE SOARES SILVA
32	LISMARIA PAIVA DA SILVA
33	MARCIA CORREIA PAIVA
34	MARCIANA MARQUES SOARES
35	MARCIANE DA COSTA SOUSA
36	MARIA ANDREIA LIMA RIOTINTO
37	MARIA CAROLINA DOS SANTOS SEREJO
38	MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA PEREIRA
39	MARIA DA LUZ SILVA ROCHA
40	MARIA DAS DORES S. DOS S. SILVA
41	MARIA DE FÁTIMA FERREIRA FENELON
42	MARIA DO SOCORRO R. S. DOS ANJOS
43	MARIA OLIVEIRA SILVA MORAIS
44	MARINA AMORIM RESENDE
45	MARLENE FERREIRA RIBEIRO
46	MARTEOLINDA SOUSA FERREIRA
47	MOHANDA GABRIELA G. DO NASCIMENTO
48	NAIARA CAROLINE DO REGO AGUIAR
49	RITA SILVA SANTOS
50	RIVANILDA DE OLIVEIRA BRAGA
51	ROMUELE FERREIRA DE PAULO LOPES
52	ROSILENE RODRIGUES AMORIM
53	SAMARA DA SILVA VERAS
54	SARA DE SOUSA OLIVEIRA
55	TALITA CAVALCANTE COSTA
56	TERESA DA SILVA OLIVEIRA
57	THAYS KELLY SIMPLÍCIO DA C. CARDOSO
58	VALDÉIA FERREIRA PONTES

RESULTADO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 001/2021 - PROFESSOR(A)

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ZONA URBANA

01	FRANCISCA GEILANE DE ARAUJO BRITO
02	FRANCISCA MARIA SOUSA VIEIRA
03	FRANCISCO DAS CHAGAS CARVALHO CASTELO BRANCO JÚNIOR
04	IRENILDA MARIA DE AGUIAR
05	JOE NATUR DE ALCANTARA
06	JOSÉLIA GOMES ROCHA COSTA
07	LAALA MARIA MARQUES DA SILVA

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ZONA RURAL

01	GESSIKA MARIA DE CARVALHO
02	JESSICA ROSE SAOUSA SANTOS
03	LUCAS QUARESMA DE OLIVEIRA

PROFESSORES DE HISTÓRIA ZONA RURAL

01	ADAIANE MACHADO RIBEIRO
02	AMANDA GABRIELA DO RÊGO NASCIMENTO
03	DÁVILA MARA AGUIAR SALES
04	FRANCISCO HERBETH ROCHA DO REGO
05	JAIME MANOEL PINHEIRO DE CASTRO
06	LAIANE DO NASCIMENTO ARAÚJO
07	MARIA DO SOCORRO SILVA CAVALCANTE
08	SAMUEL SAMPAIO CASTRO

PROFESSORES DE INGLÊS ZONA RURAL

01	ADRIANA FLÁVIA VENTURA SOUSA
02	AURILENE MARIA ARAÚJO
03	CARTEGIANO MATIAS DA SILVA
04	FERNANDO MOREIRA GOMES
05	FRANCISCA MARIA AGUIAR DA SILVA

RESULTADO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 001/2021 - PROFESSOR(A)

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

06	LETÍCIA LOPES DE SOUSA
07	MARCÍLIO AGUIAR RODRIGUES
08	MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA
09	NATÁLIA DA SILVA RODRIGUES
10	SUZANA BARBOSA DO VALE

PROFESSORES DE MATEMÁTICA

01	ANA PAULA DE CARVALHO CHAVES
02	ANTONIO SIQUEIRA SILVA
03	DAELSON DA SILVA FONTINELE
04	GUSTAVO DE AGUIAR LIMA
05	ISAÍAS DAMASCENO CAVALCANTE
06	JAILTON SILVA RIOTINTO
07	MARINA FERNANDA RODRIGUES

PROFESSORES DE PORTUGUÊS

01	ELDA MARIA RIBERO LIMA
02	ELIZANE DE ALMEIDA SILVA
03	FRANCISCA FABIANA DE SOUSA ALVES FERREIRA
04	HELI SANDRA ALVES DE SOUSA
05	IOLENE ARAÚJO NASCIMENTO
06	TELMA MARIA FORTES DOS SANTOS

PROFESSORES DE 1º AO 5º ANO EJA ZONA RURAL

01	COSME CORREIA DE SOUSA
02	GREYCE KELLEN SANTOS
03	JOSÉ FRANCISCO MENDES DE SOUSA
04	LAÉRCIO PAIVA DA SILVA
05	MARCIA MORAIS RIBEIRO
06	MARIA AURILENE PINTO BARBOSA
07	MARIA CICERA PEREIRA ALVES

(Continua na próxima página)